



**UNIVERSIDADE POTIGUAR
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

FERNANDO CABRAL DE MACEDO FILHO

**AS DISPOSIÇÕES NORMATIVAS E A PERCEPÇÃO DOS GESTORES
PÚBLICOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA COPA DO MUNDO
DE 2014 EM NATAL/RN**

**NATAL
2015**

UNIVERSIDADE POTIGUAR
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

FERNANDO CABRAL DE MACEDO FILHO

**AS DISPOSIÇÕES NORMATIVAS E A PERCEPÇÃO DOS GESTORES
PÚBLICOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA COPA DO MUNDO
DE 2014 EM NATAL/RN**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar (UnP), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. César Ricardo Maia de Vasconcelos

NATAL
2015

FERNANDO CABRAL DE MACEDO FILHO

**AS DISPOSIÇÕES NORMATIVAS E A PERCEPÇÃO DOS GESTORES
PÚBLICOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA COPA DO MUNDO
DE 2014 EM NATAL**

Dissertação apresentada ao programa de
Mestrado Profissional em Administração da
Universidade Potiguar (UnP), como requisito
para obtenção do título de Mestre.

Resultado: _____

Natal, 27 de agosto de 2015.

Prof. Dr. César Ricardo Maia de Vasconcelos
Orientador – Universidade Potiguar - UnP

Prof. Dr. Osmildo Sobral dos Santos
Coorientador – Membro Examinador - UnP

Prof^a. Dr^a. Anatalia Saraiva Martins Ramos
Membro Examinador Externo – UFRN

AGRADECIMENTOS

À Deus por me permitir a vida repleta de missões e me capacitar para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais por me darem uma base profunda de amor e carinho, sobre a qual eles solidificaram a minha formação pessoal, religiosa, cidadã e profissional. Amo-os incondicionalmente.

Aos meus irmãos por acreditarem no meu sucesso e me fazerem mais cada vez mais forte na minha caminhada. Amo-os desmedidamente.

Ao meu sobrinho-afilhado, pois no amor que tenho por ele uso todas as minhas forças e energias para que seja um grande homem. E isso me alimenta!

À minha cunhada e aos meus familiares que devotaram em mim a confiança que eu precisava para alimentar minha jornada.

Aos meus amigos da Universidade Potiguar, tanto os que fazem o Comitê Acadêmico, quanto aos que compõem a Escola do Direito, pela compreensão e pelo auxílio sempre presentes.

A Sâmela, uma amiga incentivadora que tanto confiou nessa vitória.

A Dani que, com sua disponibilidade e amizade, me ajudou demais no desenvolvimento dessa pesquisa.

A Profa. Fernanda Fernandes que me propôs uma batalha e me incentivou a vencê-la.

Aos meus amigos do “G7” (Enio, Fernandão, Gino, Guga, Thiago e Zé), irmãos escolhidos na fé, pelo constante abraço e afago nas horas difíceis e apoio em todos os momentos. E às “mulheres do G7” (Carlinha, Bó, Alininha, Cacau e Milana), cunhadas que a vida deu; elas sempre compreenderam minhas ausências.

Aos meus colegas da turma do Mestrado: foram um grande apoio na jornada. Murielle e Marília, de amigas a colegas de turma, muito obrigado pelo suporte!

Ao meu orientador Prof. César Vasconcelos pela sua dedicação em construir um excelente trabalho, sempre primando pelo melhor caminho para seu orientando.

Aos professores Osmildo Amaral e Anatalia Martins pela paciência em acolher minha pesquisa e trazer o brilho de seus ensinamentos ao meu estudo.

E, por fim, propositadamente deixada para o final, à minha esposa, Ana Rachel. Desde a formulação do projeto para a submissão do processo seletivo, esteve comigo. Recebemos a notícia da aprovação juntos. Compartilhou comigo as preocupações do período de aulas e avaliações – tudo isso em paralelo a um turbilhão de tarefas profissionais. Me ajudou diretamente na construção da pesquisa. Foi compreensiva com minhas ausências e com as noites dedicadas ao estudo. Me incentivou diariamente a alcançar essa vitória. Ficou mais nervosa do que eu no dia da defesa. Tudo isso foi demonstração de amor. E desse amor eu me alimentei para concluir essa trabalho. Obrigado, Ana.

RESUMO

A realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil gerou transformações significativas nas cidades que a sediaram. Essas modificações nas urbes fazem surgir preocupações sobre a sustentabilidade desse megaevento esportivo. Embora se configure como tema relevante, a academia não tem dedicado maior atenção ao estudo da relação entre a sustentabilidade e a realização da Copa do Mundo de 2014. Em função dessa percepção, o presente estudo se destinou a compreender a sustentabilidade decorrente da realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, a partir da visão de gestores públicos potiguares. Tal procedimento ocorreu através de uma investigação de natureza exploratória com o objetivo de se aproximar da relação entre a sustentabilidade e a Copa do Mundo de 2014. A pesquisa foi dividida em duas partes. Na pesquisa documental foram identificadas as normas instituídas com o fito de garantir o planejamento e a execução das obras e serviços destinados à realização da Copa do Mundo de 2014 e, feito isso, foram observados quais os dispositivos presentes nessas normas prescrevem a sustentabilidade e suas dimensões. Coletados os dados junto aos gestores públicos potiguares através de entrevista não-estruturada, composta de 24 questões, percebeu-se que as normas instituídas para fins de garantirem a realização da Copa do Mundo de 2014 pouco se ativeram à sustentabilidade em função do megaevento e muito menos contemplaram o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica, tecnológica, espacial ou política, tendo se limitado a cuidar apenas da sustentabilidade ambiental. Assim sendo, notou-se, a partir da percepção dos gestores públicos potiguares, que a Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN não atendeu à sustentabilidade e tampouco deixou efeitos de sustentabilidade. Observou-se, também, que, na percepção dos gestores públicos, a ausência de sustentabilidade se deu em razão da inexistência de planejamentos e projetos técnicos adequados para a realização das obras e serviços destinados ao megaevento, bem como pela falta de organização e participação da sociedade no planejamento e acompanhamento das obras e ações necessárias à sua realização. Com base nas pesquisas realizadas, novos estudos poderão ser realizados voltados à análise do conhecimento dos gestores públicos potiguares sobre a sustentabilidade social, econômica, tecnológica, espacial, política ou mesmo sobre o entendimento dos servidores da Administração Pública quanto à confecção de projetos técnicos adequados para captação de recursos para a realização de grandes obras de interesse da coletividade.

Palavras-chave: Copa do Mundo de 2014. Sustentabilidade. Gestores públicos potiguares.

ABSTRACT

The hosting of the 2014 World Cup in Brazil led to significant changes in the cities that hosted. Those changes in large cities give rise to concerns about the sustainability of this mega sports events. Although it is set as a relevant theme, the academy has not devoted more attention to the study of the relationship between sustainability and achievement of the 2014 World Cup. Because of this perception, this study was aimed to understand the sustainability due to the hosting of the 2014 World Cup in Natal / RN, from the perspective of potiguares public managers. This procedure took place through an exploratory research in order to approach the relationship between sustainability and the World Cup 2014. The research was divided into two parts. In documentary research standards were identified instituted with the aim of ensuring the planning and execution of works and services for the hosting of the World Cup in 2014 and made it, which devices present these standards prescribe sustainability and its dimensions were observed. Collected the data from the Potiguar public managers through non-structured interview consisting of 24 questions, it was realized that the rules established for the purpose of ensuring the completion of World Cup 2014 just clung to sustainability due to the mega event and less contemplated sustainable development in its social, economic, technological, spatial or politics, having been limited to just take care of environmental sustainability. Therefore, it was concluded from the perception of local public managers that the 2014 World Cup in Natal/RN did not respond to sustainability and that did not leave the purpose of sustainability. It was noted also that, in the perception of public managers, the lack of sustainability was due to the lack of planning and technical projects suitable for the execution of works and services for the mega event, as well as the lack of organization and participation of society in the planning and monitoring of works and actions necessary to achieve them. Based on the research conducted, may be carried out new studies for the analysis of knowledge of local public managers on social, economic, technological, spatial or political sustainability or even about the understanding of servers of public administration regarding the making of appropriate technical projects to raise funds to carry out major works for collectivity interest.

Keywords: 2014 World Cup. Sustainability. Local public managers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Resumo das regras contidas na Lei nº 12.663/2012.....	24
Quadro 02: Diretrizes de sustentabilidade da Câmara Técnica do Meio Ambiente.....	32
Quadro 03: Participantes da pesquisa.....	45
Quadro 04: Categorias de estudo.....	47
Quadro 05: Resumo do conteúdo das Leis Ordinárias analisadas.....	52
Quadro 06: Resumo do conteúdo da Medida Provisória analisada.....	53
Quadro 07: Resumo do conteúdo dos Decretos analisados.....	55
Quadro 08: Resumo do conteúdo das Portarias analisadas.....	57
Quadro 09: Resumo do conteúdo das Instruções Normativas analisadas.....	58
Quadro 10: Resumo do conteúdo das Resoluções analisadas.....	60
Quadro 11: Levantamento de normas vinculadas à Copa de Mundo de 2014.....	61
Quadro 12: Dispositivos normativos que versam sobre sustentabilidade.....	63
Quadro 13: Resumo do comparativo entre as dimensões de sustentabilidade estudadas e os dispositivos normativos que preveem sustentabilidade.....	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
1.2 ANTECEDENTES DO PROBLEMA.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.4 JUSTIFICATIVA.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS.....	16
2.1.1 Copas do Mundo e seus impactos	18
2.1.2 Copa do Mundo: uma questão de Estado	20
2.1.3 Os documentos oficiais da copa do mundo de 2014	22
2.2 SUSTENTABILIDADE	27
2.2.1 Sustentabilidade e dimensões relacionadas à Copa do Mundo	31
2.2.1.1 <i>Dimensão ambiental ou ecológica</i>	35
2.2.1.2 <i>Dimensão social</i>	36
2.2.1.3 <i>Dimensão econômica</i>	37
2.2.1.4 <i>Dimensão política</i>	38
2.2.1.5 <i>Dimensão espacial ou territorial</i>	39
2.2.1.6 <i>Dimensão cultural</i>	40
2.2.1.7 <i>Dimensão tecnológica</i>	41
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	42
3.1 TIPO DA PESQUISA.....	42
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA DE CAMPO.....	44
3.3 COLETA DE DADOS.....	46
3.4 CATEGORIAS DO ESTUDO.....	47
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS.....	48
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
4.1 AS NORMAS INSTITUÍDAS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO 2014 E A PREVISÃO NORMATIVA DE SUSTENTABILIDADE.....	50
4.1.1 Leis Ordinárias	50
4.1.2 Medida Provisória	53
4.1.3 Decretos	54

4.1.4 Portarias.....	56
4.1.5 Instruções Normativas.....	57
4.1.6 Resoluções.....	59
4.1.7 Os dispositivos normativos que tratam sobre a sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014.....	62
4.2 A PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS POTIGUARES SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA COPA DO MUNDO DE 2014 EM NATAL/RN.....	66
4.2.1 Reconhecimento da importância da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN...	66
4.2.2 Participação na realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.....	67
4.2.3 Conhecimento do gestor sobre sustentabilidade.....	68
4.2.4 Percepção dos gestores quanto à sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.....	68
4.2.5 Percepção dos gestores quanto aos efeitos de sustentabilidade da Copa do Mundo 2014 em Natal/RN.....	71
4.2.6 A percepção dos gestores sobre temas pertinentes.....	72
5 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A vigésima edição da Copa do Mundo, realizada no Brasil em 2014, pode ser considerada como um dos maiores eventos esportivos do planeta e, por tal grandeza, certamente gerou impactos nas mais diversas áreas em todo o país. Entre elas se destacam as grandes intervenções urbanas produzidas nas cidades-sede, os novos estádios (construídos ou reformados) e as grandes obras de mobilidade urbana, as quais devem desempenhar o papel de aceleradores da reestruturação do espaço das cidades. Não obstante, percebeu-se que essa expansão aconteceu a partir da redistribuição da infraestrutura e dos equipamentos urbanos pelo espaço da cidade.

A transformação do território das urbes brasileiras que foram sede na Copa de 2014 possibilitou o debate sobre uma forma de planejamento que se destinaria à realização de um único evento, fazendo com que a cidade fosse produzida para atender as demandas da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), dos seus patrocinadores e dos possíveis turistas. Assim sendo, de acordo com Gonçalves (2013), as necessidades dos moradores foram relegadas a segundo plano, visto que nem sempre, ou quase nunca, as necessidades impostas pela FIFA são condizentes com as necessidades da população que mora nessas cidades-sede.

Entretanto, para DaCosta (2008), a Copa do Mundo de Futebol se apresenta como um dos maiores eventos organizados em escala global criando expectativas relevantes nas áreas da mídia, dos negócios e do turismo. E mais, em função da regeneração urbana, da melhoria nos meios de transporte, do incremento na construção civil, entre tantas outras ações, influencia sobremaneira o desenvolvimento local. Com essa prerrogativa, a FIFA, para garantir a relação entre capital e espaço urbano, lança seu conjunto de exigências e estratégias procurando, simultaneamente, maximizar seus lucros e minimizar seus custos.

O Ministério dos Esportes do Brasil, por sua vez, segundo Cottle et al.(2013), previu um impacto geral econômico brasileiro que, em 2014, superou a casa dos 100 bilhões de dólares, criando 332.000 empregos permanentes (2009-2014) e 381.000 empregos temporários. O fato de que até maio de 2012 apenas 59% das obras para a Copa do Mundo haviam começado levou o Governo Federal a mudar seus procedimentos para a aprovação de projetos e criou o “estatuto de excepcionalidade”, que na opinião do autor serviu para aumentar a velocidade de aprovações para projetos de infraestrutura da Copa do Mundo 2014.

Porém, apesar da importância em gerenciar um evento dessa magnitude, o país anfitrião sofreu desgastes de relacionamento entre os órgãos gerenciadores, além de muitas discussões técnicas profissionais até que se chegasse ao ajuste final. Nesse sentido, considera-se pertinente citar os casos de aprovação da Lei Geral da Copa e as definições de verbas para a construção e reforma dos estádios que sediaram os jogos durante a competição. Um evento como a Copa do Mundo foi descrito como “mega” devido à sua grandiosidade em termos de público e em decorrência dos impactos causados na infraestrutura, economia e finanças, política, mídia e TV, instalações esportivas e traços socioculturais “dos donos da casa”. E mais, para o alcance de resultados expressivos, o planejamento estratégico, tático e operacional da entidade organizadora do evento – COL (Comitê Organizador Local) foi primordial, até mesmo, como salientou Reis et al. (2013), pela metodização utilizada de préevento, transevento e pósevento, ou seja, critérios estabelecidos para antes, durante e depois da competição.

Com efeito, não foram encontradas na imprensa local análises associadas às assertivas dos gestores públicos sobre o tema e tampouco quanto ao desenvolvimento sustentável, quanto, pela proporção do evento, deveria existir estudos ou mesmo instrumentos que aliassem o desenvolvimento econômico às responsabilidades ambiental e social.

Não obstante, em relação à sustentabilidade socioeconômica que tem como principal finalidade tornar o futuro mais próspero, estudos como os realizados por Mendes (2009); Schaun et al. (2010); Ernst & Young Brasil (2010); Neto et al.(2011) e Andrade (2013) mostraram que a sustentabilidade econômica, além de ser a base de uma sociedade estável e mais justa, viabiliza o seu desenvolvimento sustentável.

No entanto, em nenhuma dessas pesquisas pode-se observar uma preocupação em analisar a sustentabilidade aplicada a eventos como a Copa do Mundo.

1.2 ANTECEDENTES DO PROBLEMA

Os estudos sobre megaeventos têm sido pouco explorados pelos pesquisadores e, conforme ressalta Tavares (2011), a condição de o Brasil ter sediado grandes eventos de naturezas distintas, mas todos de espectro internacional (Pan-Americano, Jogos Mundiais Militares, Jogos Mundiais dos Trabalhadores, Copa do Mundo e Olimpíadas) forçou o universo acadêmico “a dedicar seu tempo e seus recursos em esforços de análise, compreensão, crítica e perspectivação dos chamados megaeventos esportivos” (2011, p.12).

Percebeu-se, através da literatura própria ao tema, que a noção de megaevento ainda se encontra em fase de idealização, muito embora já existam, mesmo que isoladamente, algumas produções dessa relevância.

Com o objetivo de quantificar os artigos publicados sobre grandes eventos de natureza esportiva, Tavares (2011, p.13) explica que:

Uma pesquisa em cinco dos principais periódicos científicos nacionais da área da Educação Física (Pensar a Prática, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista da Educação Física/UEM, Revista Movimento e Motriz) tendo como referência de busca o termo "megaevento" teve como resultado a indicação de apenas 3 artigos (ALMEIDA; MARCHI JUNIOR, 2010, LIMA; MARTINS; CAPRARO, 2009, SILVA; LOPES; NETTO, 2010). É importante assumir o caráter arbitrário do recorte da revisão de literatura. Como sabemos, os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo de futebol, como fatos sociais totais, geram como consequência a possibilidade de uma pluralidade de abordagens bastante mais ampla. Com efeito, quando utilizamos na busca os termos "jogos olímpicos", "olimpíadas" e "copa do mundo" obtivemos um total de 143 títulos.

Assim, não se trata propriamente de desinteresse no desenvolvimento da literatura científica ou de qualquer outra explicação técnica que tenha por base esse fundamento, mas tão somente da ausência de uma abordagem mais focada que considere a especificidade do fenômeno “megaevento” no país.

Para DaCosta e Miragaya (2008), mesmo que o Brasil possua um perfil acadêmico avançado para a realização de estudos assentados em uma base teórica e prática, que poderiam ser desenvolvidos em universidades e entidades afins voltada para os Jogos Olímpicos, o Movimento Olímpico e o Olimpismo, tais

estudos, quer sejam focados em megaeventos ou em seus reflexos, têm sido limitados.

Em uma análise focada nos Jogos Pan-Americanos de 2007, Leyser (2008) asseverou que, em que pese a sociedade brasileira ter feito muita cobrança e muitos elogios, pesquisou-se muito pouco sobre o evento ou sobre eventos dessa natureza, deixando uma lacuna no universo acadêmico. E continuou afirmando:

A análise e a avaliação crítica dos Jogos perderam muito com a ausência da academia, da pesquisa e do conhecimento metodologicamente estruturado. Prevalece por ora a visão superficial, parcial, seja ela positiva ou negativa. Infelizmente, cada vez menos pode-se contar com as informações publicadas nos grandes meios de comunicação para a avaliação de projetos tão complexos. Além do viés ideológico conservador, avesso a qualquer projeto nacional independente e a qualquer tentativa de estruturação do Estado Brasileiro para a promoção de políticas públicas inclusivas, a grande imprensa carrega a marca da superficialidade, do descaso com a apuração dos dados e do erro (p.53).

Mas, há de se ressaltar que, como destaca DaCosta (2008), a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 ampliou a importância da produção de conhecimentos sobre as relações do esporte e das práticas de lazer e turismo com o meio ambiente.

Dessa forma, diante do pouco material técnico ou da escassa pesquisa científica sobre megaeventos esportivos e a sustentabilidade, o presente trabalho tem por objetivo lançar luz sobre a relação entre a previsão da sustentabilidade nas normas que foram instituídas para garantirem a realização da Copa do Mundo de 2014 e a percepção dos gestores públicos potiguares vinculados às ações de planejamento e execução da Copa do Mundo 2014 em Natal/RN sobre a sustentabilidade do evento.

Dos estudos feitos, chegou-se, portanto, a seguinte problemática: **qual a percepção dos gestores públicos potiguares sobre a sustentabilidade da Copa do Mundo 2014 em Natal/RN?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender a sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, a partir da percepção dos gestores públicos potiguares.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a. Identificar as normas instituídas especificamente para a realização da Copa do Mundo 2014;
- b. Descrever os dispositivos normativos que dispõem sobre a sustentabilidade para a realização da Copa do Mundo de 2014;
- c. Verificar a percepção dos gestores públicos potiguares sobre a sustentabilidade da Copa do Mundo 2014 em Natal/RN;

1.4 JUSTIFICATIVA

A Copa do Mundo 2014 não foi apenas um dos maiores eventos esportivos que atraiu a atenção de atletas ou fãs do futebol. Sublinha-se que foi uma competição que congregou, desde o seu planejamento até a sua execução, diversos fatores de natureza social e econômica, individual e coletiva, profunda e superficial, material e imaterial, que fazem do tema um objeto de estudo criterioso.

Como destacado por Ribeiro (2005), as instalações esportivas de megaeventos têm forte impacto físico no ambiente urbano, cabendo ao planejador visualizar esse impacto e o alcance de suas consequências, tanto positivas quanto negativas.

Deste modo, as transformações sociais, econômicas, culturais e de outras naturezas, decorrentes da realização de megaeventos esportivos de tal grandeza

precisam ser estudadas e entendidas, não podendo a sociedade se limitar a compreender apenas os levantamentos dos dados esportivos derivados do evento.

Dito alhures, a Copa do Mundo de 2014 não poderia ser entendida apenas como um evento esportivo, mas igualmente como um fato de alta relevância social e até mesmo como um legado as futuras gerações.

Tendo em vista o contexto social que se insere a Copa do Mundo de 2014, a pesquisa tem como escopo conhecer as consequências de sua realização na cidade-sede Natal/RN, notadamente sob o enfoque dos aspectos e dimensões da sustentabilidade.

Quanto à dimensão ambiental, de acordo com Sachs (2000), a realização de megaeventos enfocados na sustentabilidade pode contribuir no combate ao aquecimento global, na redução da quantidade de emissões de carbono (a melhoria no transporte público com uso de novas tecnologias, por exemplo, pode gerar a diminuição da quantidade de carros em circulação, o que, por sua vez, implica em redução da poluição do ar), na proteção da biodiversidade, além de poder contribuir na conscientização do uso dos recursos naturais, como a água e fontes energéticas e permitir o incentivo de consumo de produtos orgânicos.

No que se refere à dimensão social, conforme afirma Mendes (2009), a reflexão sobre a sustentabilidade de megaeventos pode contribuir para a inclusão social de populações em situação de risco, na medida em que lhes possibilita uma fonte alternativa de renda aliada às estratégias de proteção ambiental. É o que acontece, por exemplo, quando se associam movimentos comunitários com iniciativas de promoção de negócios verdes, como reciclagem de materiais que, além de prevenir impactos ao meio ambiente, auxiliam pessoas de baixa renda com aportes financeiros que complementem sua renda familiar.

Sobre o aspecto econômico, Sachs (2000) define que a sustentabilidade também pode ser útil em vários setores: no caso da construção civil, ao reduzir custos de edificação de estádios por meio de materiais menos agressivos ao meio ambiente; na mobilidade urbana, ao fomentar formas de transporte e circulação de pessoas de forma sustentável; e, por fim, na economia do turismo, ao incentivar o ecoturismo em biomas brasileiros.

Outros segmentos da sociedade, como a academia, também tem muito a ganhar com as reflexões sobre a sustentabilidade em megaeventos, na medida em que tanto a organização acadêmica como os próprios megaeventos necessitam encontrar alternativas de desenvolvimento que harmonizem a consecução de seus objetivos e o meio onde estão inseridos. Embora este estudo se restrinja ao campo dos megaeventos esportivos, suas conclusões podem ser estendidas à outras organizações que necessitem movimentar recursos e pessoas em grande quantidade e em espaços de tempo programados, como acontece, por exemplo, com a vida universitária.

O presente trabalho está assim estruturado:

No primeiro capítulo tem-se a introdução do trabalho e as especificidades do estudo, com a indicação de: contextualização, problemática da pesquisa, objetivos e justificativa.

O segundo capítulo consiste no referencial teórico utilizado para lastrear a pesquisa, considerando a revisão da literatura e a apresentação de estudos recentes sobre os temas megaeventos esportivos e sustentabilidade.

No terceiro capítulo, descreve-se a metodologia adotada para a realização da pesquisa: tipo de pesquisa, participantes da pesquisa, plano de coleta de dados, categorias de estudo e tratamento de dados.

O quarto capítulo apresenta a análise e interpretações dos resultados.

O quinto capítulo consiste nas considerações finais.

Encerra-se a estrutura do trabalho com as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

A Copa do Mundo, as Olimpíadas e as feiras e exposições internacionais, segundo Tavares (2011), possuem os modelos fundamentais que também podem ser encontrados em megaeventos. No entanto, segundo o autor, devido ao avanço das tecnologias de comunicação que propiciam a transmissão internacional de eventos esportivos, bem como pelas oportunidades de promoção que eles trazem para as cidades que os sediam, tanto a Copa como as Olimpíadas acabaram assumindo a característica de megaeventos para a maioria das pessoas, ao passo que feiras e exposições ficaram em segundo plano.

Ainda de acordo com Tavares (2011), à medida que ganhou visibilidade no cenário social, o termo megaeventos adquiriu ao longo do tempo inúmeros significados. No senso comum, ele está relacionado a grandes competições esportivas, na maioria das vezes, com alcance nacional. Sob o ponto de vista da mídia, em especial, dos profissionais ligados ao esporte, geralmente diz respeito a eventos internacionais que reúnem diversos atletas dentro de um espaço de tempo normalmente limitado a um mês e com grande impacto tanto social como econômico.

Capel (2010, p. 01) defende a tese de que a Copa do Mundo se trata de uma ótima oportunidade de desenvolvimento aos países sedes. É tanto que, segundo o autor:

Las ciudades luchan por promocionar su imagen en el mundo, y por las consecuencias que ello tiene para el turismo y la actividad económica. Las inversiones que se realizan permiten ampliar las infraestructuras, aumentan la visibilidad internacional, mejoran algunos sectores de la ciudad, incrementan el equipamiento hotelero y la calificación de los agentes turísticos. Se considera también que un gran acontecimiento deportivo activa el consumo y permite luchar contra los procesos de desmantelamiento industrial.

Ou seja:

As cidades lutam para promover sua imagem no mundo por causa das consequências para o turismo e para a atividade econômica. Os investimentos que são realizados permitem ampliar a infraestrutura, aumentar a visibilidade internacional, melhorar alguns setores da cidade, incrementar o equipamento hoteleiro e qualificar os agentes turísticos. Se considera também que um grande acontecimento esportivo ativa o consumo e permite lutar contra os processos de desmontagem das indústrias. (tradução própria)

Neste mesmo sentido, acrescenta Pereira (2012, p. 01):

A realização de uma Copa do Mundo em nosso país pode modificar a vida de muitos brasileiros. Numa visão macro, é fácil entender que as competições que se aproximam trarão a inevitável visibilidade do nosso mercado econômico, a possibilidade de fomentar a economia, a abertura de canais internacionais para negociações, além da utilização do esporte como inserção de jovens nos diversos estratos sociais e prevenção contra os efeitos perversos e malignos das drogas, pois o esporte além de trazer benefícios à saúde, também proporciona momentos de prazer e interação social.

No entanto, há outros autores que não têm uma perspectiva tão otimista quanto aos impactos ou consequências relacionadas a megaeventos como a Copa do Mundo, pois acreditam que esta sirva mais aos interesses dos seus organizadores do que propriamente à sociedade de um modo geral. Sobre eventuais lucros que possam advir deste evento, questionam Estender, Volpi e Fittipaldi (2011, p. 01):

Será que a Copa do Mundo pode dar um impulso à economia da nação anfitriã que justifique os elevados custos e riscos? Uma análise do Mundial de 1994, realizado nos Estados Unidos, sugere que o impacto econômico do evento não pode justificar essa magnitude dos gastos e que as cidades experimentam perdas acumuladas de US\$ 5,5 a US\$ 9,3 bilhões, contra as estimativas de ganho de US\$ 4 bilhões de dólares elogiado pelos impulsionadores do evento. Países sede em potencial devem considerar com cuidado se a indicação da Copa do Mundo é uma honra ou um fardo.

Para endossar este posicionamento, porém, com foco para os impactos que eventos como esse podem gerar sobre as finanças públicas e nos serviços necessários ao bem estar da população, Figueiredo et al. (2013, p. 05) acrescentam que um investimento desta natureza pode se tornar:

Preocupante quanto a escolha das sedes, especialmente porque pode gerar problemas nas finanças públicas devido ao elevado recurso disponibilizado e ao endividamento de longo prazo. A construção de arenas e demais gastos à realização de um megaevento esportivo é financiada pela cidade ou país sede, o dinheiro usado é proveniente dos impostos ou na redução dos serviços públicos.

Além do próprio custo pela construção, vale destacar que a falta de planejamento também pode ensejar situações de subutilização das infraestruturas construídas, de modo que, após a realização do megaevento, podem se tornar

completamente inúteis às funções anteriormente previstas. Sobre os Jogos Olímpicos de Sidney, Domingues (2011), salienta que, com a falência da empresa responsável pela administração das infraestruturas criadas para o evento, os custos de manutenção ficaram completamente a cargo do Estado. Só para ilustrar os custos aproximados com este tipo de situação o autor informa que a Grécia despende aproximadamente 202 milhões de dólares ao ano apenas com despesas de manutenção de infraestrutura construída para a realização de seus jogos olímpicos.

Do que se extrai do argumento de Preuss (2007), igualmente preocupantes são os impactos sociais gerados por megaeventos que, em muitas vezes desalojam áreas residenciais antes ocupadas por pessoas de baixa renda para poder construir novas instalações esportivas. Aponta-se como justificativa a necessidade de modernização do espaço urbano para facilitação da atividade turística, mesmo parecendo tratar tão somente de uma forma de expulsar os socialmente marginalizados. E mais, sublinha autor, mesmo aqueles que permanecem em seu lugar são forçados a se deslocar da vizinhança de onde moram devido ao enobrecimento dessas áreas que, por conta da intensa valorização gerada pelas obras de infraestrutura e outros melhoramentos, tornam-se inacessíveis ao seu poder aquisitivo.

Com este cenário, um megaevento, na opinião de DaCosta (2008), pode ser definido pelo número de participantes ou pelo processo – que pode ser de curta duração, porém, de preparação longa e por vezes intermitente, sempre operando em escala de milhões de participantes. Já para Estender, Volpi e Fittipaldi (2011), o termo megaeventos está associado a eventos de curto prazo com consequências de longo prazo para as cidades sedes. Estas consequências, segundo acrescentam os autores, podem se referir à aspectos como provisão de infraestrutura, aos impactos econômicos e sociais, a renovação ou criação da imagem da cidade por meio da mídia, particularmente da TV, dentre outros.

2.1.1 Copas do Mundo e os seus impactos

De forma a permitir uma melhor compreensão de como essas transformações geradas pelos megaeventos como Copa do Mundo afetam o espaço urbano e o cotidiano das pessoas, faz-se necessária uma abordagem histórica que situe o problema no tempo e no espaço.

Conforme afirma BRASIL (2014c), um dos primeiros registros de que se tem notícia sobre a Copa do Mundo encontra-se em 1902, quando um comerciante holandês chamado Carl Wihelm Hirschmann redigiu um estatuto que envolvia todas as federações de futebol do planeta. No entanto, como nenhum dos países queria assumir a tarefa de organizar a competição, este projeto ainda não passava de um simples esboço, que só ganharia novo impulso com a fundação da FIFA em 21 maio de 1904.

Do que se extrai de BRASIL (2014c), a participação do Brasil como sede da Copa do Mundo teve início alguns anos depois, quando a FIFA realizou um congresso mundial em Paris a fim de decidir a próxima cidade a sediar a Copa do Mundo. Assim, como acontece nos dias de hoje, a presença de uma infraestrutura adequada para o evento foi um dos aspectos que mais influenciaram nesta decisão. Naquela época, a Prefeitura do Rio de Janeiro havia iniciado a construção do Estádio de Futebol “Maracanã”. Inaugurado em 16 de junho de 1950, a construção durou cerca de dois anos, envolveu o trabalho de mais de 7 milhões e 500 mil homens/hora de trabalho e consumiu aproximadamente 500 mil sacos de cimento, tornando-se, por sua grandiosidade, o cartão de visitas e o cenário perfeito para receber um evento de tamanha magnitude.

Segundo Figueiredo et al. (2013), abandonando o modelo urbanístico de simples cidade para a de sede de uma Copa do Mundo, a construção de novas áreas e a revitalização de outras movimentou enormemente a economia local pela circulação de novos serviços impulsionados em razão do evento esportivo.

Estas modificações, também segundo Figueiredo et al. (2013), não se limitaram apenas ao aspecto tangível ou concreto, como em obras que modifiquem o espaço urbano. Assim como aconteceu com a construção do estádio do Maracanã, elas abrangeram igualmente ações imateriais ou intangíveis, que tiveram como objetivo aumentar o turismo ou conferir maior projeção internacional ao país que delas se beneficia.

Nesse sentido, torna-se importante enfatizar, como sublinha Preuss (2007), que as estruturas primárias e algumas secundárias são frequentemente construídas especificamente para o megaevento programado, enquanto que a estrutura terciária contempla estruturas já existentes ou previstas no plano diretor urbano da cidade,

independente da realização do megaevento, tendo seu desenvolvimento apenas antecipado ou acelerado, além de objeto de melhorias em função dos Jogos.

Ademais, ara Figueiredo et al. (2013), o volume de transações comerciais realizadas ao longo de megaeventos como a Copa do Mundo pode variar entre 2% a 3% do produto interno bruto das localidades escolhidas como sede.

Preuss (2007), por sua vez, afirma que os megaeventos também podem ajudar a acelerar o processo de regeneração de uma cidade nas mais diversas áreas como habitação, transporte, segurança, convivência, educação, sucesso econômico e outras, oportunizando legados tangíveis e intangíveis. Daí a importância da coesão ao reconhecer que é fundamental a base do conhecimento, que é imperioso manter a relação com o passado e o impulso do sucesso, entender que os legados podem ser individuais e coletivos e que é preciso reter a participação e a mobilização dos diversos atores conseguida pelos megaeventos a fim de dar continuidade ao processo de desenvolvimento.

2.1.2 Copa do Mundo: uma questão de Estado

O futebol, na opinião de Gastaldo (2009), tem se tornado uma atividade de enorme importância social com consequências que transcendem o espaço do campo de jogo e se transforma em uma questão de Estado.

Sobre o assunto, Domingues (2011) frisa que quase a totalidade dos investimentos é suportado por financiamento dos órgãos e esferas públicas, cujo retorno financeiro é estimado não só em impostos e oportunidades de novos negócios como também em melhorias em diversos setores.

Já na avaliação da Ernest & Young Brasil (2010), todas as áreas afetadas (construção civil, alimentos e bebidas, informação, serviços públicos) deveriam ter sua produção aumentada, afora a Copa do Mundo produzir um:

Efeito cascata surpreendente nos investimentos realizados no País. A economia deslanchará como uma bola de neve, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar diversos setores. Além dos gastos de R\$ 22,46 bilhões no Brasil relacionados à Copa para garantir a infraestrutura, e a organização (...), a competição deverá injetar, adicionalmente, R\$ 112,79 bilhões na economia brasileira, com a produção em cadeia de efeitos indiretos e induzidos. No total, o País movimentará R\$ 142,39 bilhões adicionais no período 2010-2014, gerando 3,63 milhões de empregos-ano e R\$ 63,48

bilhões de renda para a população, o que vai impactar, inevitavelmente, o mercado de consumo interno (p. 3).

Todavia, de acordo com Gastaldo (2009), não se pode desconsiderar a enorme influência que a imprensa exerce no campo social, uma vez que, na qualidade de articuladora dos significados que serão emprestados aos fatos enquanto outros são eliminados, ela constrói a definição de realidade que será tomada como verdadeira por parte do grande público. Embora não determine ou condicione comportamentos ou ações, conforme lembra o autor, ela colabora efetivamente para a manutenção de certa ordem no interior da sociedade. De sorte que, mesmo que não se agregue em determinada cultura um demasiado valor ao futebol ou ainda que este valor já exista, porém, sem a intensidade desejada para fomentar o consumo de modo a possibilitar a exploração direcionada ao lucro, a necessidade pelo evento acaba sendo desenvolvida a partir de estratégias que transformam o esporte em um artigo ou produto comercializável.

Sobre este aspecto, Gastaldo (2009, p. 04) adverte que:

A exemplo de outras empresas em nossa sociedade, as empresas de mídia também produzem “bens”, que são vendidos como “mercadorias” de modo a gerar lucro para os proprietários. A diferença é que a mídia produz “bens” de uma outra ordem, os chamados “bens culturais”, e o “produto” a ser “vendido” é o público atraído pelos bens culturais, a chamada audiência.

Domingues (2011), em estudo encomendado pelo Comitê Organizador da candidatura brasileira para aferir o impacto econômico exercido pelas Olimpíadas de 2016 sobre a economia brasileira, estimou que até 2016 serão investidos no Brasil, em virtude dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, cerca de 22 bilhões de dólares. Para o período compreendido entre 2017 a 2027, as estimativas são ainda maiores, com valores que atingem a casa dos 27 bilhões de dólares (segundo dados fornecidos pela Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República).

De acordo com Gastaldo (2009) é natural e previsível que existam distorções conscientes com o intuito de agregar valor ao produto cultural, no caso, o evento esportivo da Copa do Mundo, de forma a despertar o interesse nos espectadores a comprá-lo. A descrição dos limites da mediação e como ela é aplicada servem apenas para ilustrar os mecanismos que subjazem e que fazem as interconexões entre os eventos da Copa, a mídia e seu aparato ideológico capaz de transformar

um evento esportivo em interesse fundamental do Estado, que dele se alimenta com os recursos por ele gerados. Sobre esse assunto, Gastaldo (2009, p. 10) arremata que:

O interesse social pelo futebol no Brasil durante a Copa é apropriado pela mídia, que, em princípio, atende a uma 'demanda social' pré-existente, produzindo peças de comunicação e criando um circuito de produção e consumo motivado pelo evento em curso, no qual se inserem, além da cobertura dos jogos, cadernos especiais nos jornais e revistas, longas matérias nos telejornais, programas diversos com a temática da Copa, anúncios publicitários, etc, colaborando de modo ativo para definir a realidade nos termos ideológicos da representação do Brasil como 'o país do futebol.

Assim sendo, de acordo com Jacobi (2003) existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, o que tornará possível o crescimento de uma consciência ambiental capaz de fortalecer a participação e corresponsabilidade da população em assuntos que envolvam situações de degradação ambiental operada por gestores tidos como ineficientes.

2.1.3 Os documentos oficiais da copa do mundo de 2014

Da leitura de BRASIL (2014h), o governo brasileiro empreendeu um esforço regulamentador a fim de garantir a realização do megaevento da Copa do Mundo de 2014; criou o Plano de Promoção do Brasil para a Copa; editou normas como a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 (Lei Geral da Copa); a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010; a Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011; bem como, confeccionou documentos como o "Brasil de todas as Copas" e estudos sobre impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil. Ainda, publicou cartilhas como a "BNDES ProCopa Turismo" e estabeleceu diretrizes como as reunidas na Agenda do Meio ambiente e Sustentabilidade.

Iniciado pelo primeiro documento, só entre projetos cancelados no Plano de Promoção do Brasil para a Copa podem ser destacados cerca de 96 projetos em áreas como instrumento musical para a torcida brasileira, cinema sobre futebol, exposição interativa de fotos, dentre outras iniciativas (BRASIL, 2014h).

As referidas atividades, de acordo com este último, tiveram como objetivo alavancar a promoção da integração interna e a divulgação da imagem do país tanto por meio da valorização da cultura quanto de outras expressões populares. É o

caso, por exemplo, do projeto “Trilhos da Cidadania” desenvolvido por Tatau, cantor da banda Araketu, que busca incluir o Subúrbio Ferroviário de Salvador no reflexo social da Copa. Graças a esse projeto, o cantor poderá “(...) integrar inúmeros atores, como movimentos, projetos culturais, educacionais e esportivos” (BRASIL, 2014h).

No que diz respeito ao plano eminentemente legislativo, BRASIL (2014g) destaca o Projeto de Lei nº 2.330/11, convertido na Lei nº 12.663 de 5 de junho de 2012, mais conhecida como a “Lei Geral da Copa”, que estabeleceu medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, já realizadas no Brasil, está dividida em dez capítulos, com abordagem sobre temas como proteção e exploração de direitos comerciais; vistos de entrada e permissões para trabalho; responsabilidade civil; venda de ingressos; disposições penais, dentre vários outros assuntos de natureza permanente, como concessões de prêmios em dinheiro a jogadores vencedores de torneios mundiais anteriores.

De acordo com Ernst & Young Brasil (2010, p. 42), a Lei Geral da Copa teve por objetivo:

Contemplar exigências feitas pelas entidades responsáveis pelo evento, entre as quais facilidades para obtenção de visto de entrada para as delegações dos países e todos os que trabalharão nos jogos, e isenção tributária para importação e exportação de produtos e equipamentos relacionados às competições.

Assim, incorporando normas de política de isenções fiscais e tributárias com a finalidade de propiciar a composição de um novo marco regulatório no país, a Lei da Copa teve por finalidade primordial, conforme atesta a citação acima, viabilizar a realização da Copa e incluir outras alterações de caráter temporário, como, por exemplo, regras de imigração, aduana, importação temporária e remessa de divisas (ERNST&YOUNG, 2010). Sob o mesmo ângulo, Viegas e Pinto (2014) frisam que a Lei Geral da Copa trouxe em seu escopo um conjunto de compromissos assumidos pelo Governo Federal que foram cumpridos perante a FIFA para que sediasse a competição no país, além de fornecer definições a respeito de entidades, pessoas, locais, objetos, realizados pelo evento.

Sobre as diretrizes, Viegas e Pinto (2014, p.1), Quadro 01, apresentam:

Quadro 01 – Resumo das regras contidas na Lei nº 12.663/2012

Regras	Descrição
Garantias do país-sede	Concessão de vistos de trabalho a todos os colaboradores estrangeiros envolvidos com a Copa do Mundo; isenção de taxas alfandegárias para todo o material relacionado ao evento; segurança; livre transferência de divisas; infraestrutura adequada de transportes e telecomunicações;
Infraestrutura	Oito a doze estádios, com capacidade mínima de 40 000 pessoas (até as quartas-de-final) e 60 000 pessoas (partida de abertura, semifinais e final). Os campos de jogo devem ter 105 por 68 metros, grama natural e espaço em volta de pelo menos 6 metros (7,50 metros atrás do gol) para proteger e acomodar reservas, fotógrafos e câmeras de televisão. Os estádios também devem ter iluminação de padrão internacional e salas adequadas para imprensa, funcionários da FIFA e antidoping.
Comercialização do Evento	O país candidato deve reconhecer o direito exclusivo da FIFA para a exploração comercial da Copa - publicidade, marketing, licenciamento, direitos de transmissão. A FIFA cede parte desses direitos ao comitê organizador; Art. 16 da Lei Geral. A FIFA é a titular exclusiva de todos os direitos relacionados às imagens, aos sons e às outras formas de expressão dos Eventos, incluindo os de explorar, negociar, autorizar e proibir suas transmissões ou retransmissões. Logo, os torcedores brasileiros não poderão nem sequer pintar o muro de suas casas ou estampar camisas com frases que a FIFA usa. Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.
Ingressos disponíveis	O país organizador se compromete com a FIFA a vender uma quantidade mínima de ingressos, determinada pela própria Entidade, e a contratar um seguro que cubra "responsabilidades relacionadas com a organização e a realização da competição";. Neste caso, todo país é obrigado a repassar o dinheiro a FIFA.
Venda dos Ingressos	O comitê organizador deve estabelecer preços realistas para as entradas, aprovados pela FIFA. Todos os assentos devem ser numerados e parte dos assentos deve ser reservada à FIFA e aos dirigentes de cada seleção. Logo, as crianças e adolescentes, de acordo com a Lei 8.069/90 e os idosos, de acordo com a Lei 10.741/2003, além de outras pessoas protegidas em face de pertencerem à população das minorias devem ingressar

	aos estádios pagando a denominada “meia-entrada”, ou seja, apenas metade do preço do valor do ingresso.
Acomodações	É preciso hospedar trinta e duas delegações de até cinquenta pessoas, juntamente com os colaboradores da FIFA (250 pessoas), estas em hotel de alto padrão, os árbitros e bandeirinhas (80 pessoas) e dar assistência aos jornalistas para que encontrem hospedagem.
Transporte	O comitê organizador deve providenciar: um ônibus, um mini ônibus e dois carros para cada seleção; dois ônibus e mais de 200 carros para a delegação da FIFA; um ônibus, dois mini ônibus em um carro para os árbitros; e ônibus para a imprensa;
Finanças	A FIFA não se compromete a gastar com infraestrutura, que correm a cargo da federação de futebol do país e do governo local. O comitê organizador tem direito a uma porcentagem sobre o eventual lucro obtido com a realização da Copa.
Bebidas alcoólicas	Venda e suspensão da eficácia do Estatuto do Torcedor.

Fonte: Adaptado de Viegas e Pinto (2014).

Ainda sobre o plano jurídico-legislativo, além da Lei Geral da Copa, vale destacar que, como se lê em BRASIL (2014g), o governo brasileiro editou diversos outros documentos oficiais em setores como matéria tributária e regime diferenciado de contratações. Tais matérias se encontram positivadas na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre desoneração de tributos de importação, isenções concedidas a pessoas jurídicas e pessoas físicas, subvenções governamentais, locais e recintos alfandegados, dentre outros temas de interesse para a realização no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e na Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

Outro documento oficial que merece nota é o Plano de Promoção do Brasil, o qual, como se vê em BRASIL (2014h), definiu uma plataforma de promoção da imagem do país a fim de favorecer as atividades comerciais, turísticas e socioculturais. De acordo com este documento, esta estratégia teve como finalidade fundamental:

Alinhar as ações promocionais, garantir uma mensagem única que evite a dispersão do ponto de vista de imagem e otimizar o investimento de comunicação do Governo Federal. São estabelecidos os momentos chave e

as ações primordiais para a promoção dentro e fora do Brasil, tendo a Copa e seus preparativos como marcos e pano de fundo.

Vê-se em BRASIL (2014b) que o Plano de Promoção do Brasil definiu como objetivos específicos para o turismo a ampliação as informações sobre atrativos regionais no país e o estabelecimento na população de práticas ou condutas receptivas em relação ao turista, tanto no que se refere a hospitalidade, serviços e cultura, bem como previu a ampliação do conhecimento estrangeiro sobre o país como alternativa de rota de turística, privilegiando o estímulo de visita ao Brasil não apenas para acompanhar a Copa do Mundo, mas também como um lugar que pode oferecer atrativos para negócios, família, aventura e natureza.

Ainda quanto aos documentos oficiais sobre a Copa do Mundo, importa destacar em BRASIL (2014d) o denominado “Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil”, uma vez que resultou de uma parceria entre o Ministério do Esporte e Consórcio Copa 2014, por meio de sua empresa afiliada Valeu Partners Brasil Ltda, e teve como objetivo avaliar o volume de investimentos que decorreram tanto diretamente do evento como os que surgirão de maneira indireta, tais como aceleração ou adiantamento de obras de infraestrutura como aeroportos.

Nesse sentido, BRASIL (2014b) estima que:

Os impactos econômicos potenciais resultantes da realização da Copa do Mundo podem chegar a R\$ 183, 2 bilhões, dos quais R\$ 47,5 bilhões (26%) são diretos e R\$ 135,7 bilhões indiretos (74%).

Os benefícios econômicos diretos da Copa do Mundo são resultado do crescimento/incremento em dimensões pré-definidas, as quais foram contabilizadas em cada uma das variáveis de cálculo do PIB, já considerando os efeitos de importações: - investimentos em infraestrutura: R\$ 33 bilhões; - turismo incremental: R\$ 9,4 bilhões - geração de empregos: 330 mil permanentes e 380 mil temporários - aumento no consumo das famílias: R\$ 5 bilhões; - arrecadação de tributos: R\$ 16,8 bilhões (p. 04).

Sendo assim, no que diz respeito ao incremento do mercado do turismo em virtude da Copa do Mundo de 2014, o Portal Brasil da Copa procurou adequar a rede hoteleira do país para receber uma quantidade maior de turistas gerada pela Copa do Mundo, ao mesmo tempo em que se preocupou induzir no setor turístico o comprometimento aos princípios de sustentabilidade ambiental por meio da implementação de projetos voltados ao mercado do turismo.

Diante do que afirma o Portal Brasil, e desde que o país foi escolhido como sede para a Copa do Mundo, empreendeu-se esforço para conseguir sistematizar diversos assuntos, chegando-se às vezes ao ponto de se olvidar garantias como a soberania nacional, a fim de se atingir os objetivos buscados. No entanto, de nada adiantaria este esforço se não houvesse também um comprometimento com a sustentabilidade.

2.2 SUSTENTABILIDADE

De acordo com Silva e Mendes (2005), a problemática da sustentabilidade tem exercido um papel fundamental como possibilidade de reflexão sobre as práticas de desenvolvimento mais adequadas a uma sociedade contemporânea em constante transformação. Conscientes dos impactos danosos causados ao meio ambiente após séculos de intensa industrialização, os organizadores de eventos de grandes proporções buscam se adequar ao cenário de crise ecológica tão difundido neste novo século.

Outrossim, com o propósito de fazer frente ao cenário abordado por Silva e Mendes (2005), surgiram, de acordo com Jacobi (2003), duas correntes centrais que alimentaram as discussões: a primeira delas defende o congelamento do crescimento da população e da indústria como forma de se alcançar o equilíbrio entre economia e o meio ambiente e a segunda corrente, por sua vez, volta-se para uma crítica ao modo de vida contemporâneo, acreditando ser possível harmonizar as necessidades humanas presentes e futuras por meio da sustentabilidade tanto social, econômica como ecológica. Ainda segundo o mesmo autor, essa segunda corrente objetiva maximizar a produção dos ecossistemas de acordo com os interesses humanos e, por isso, se destaca da anterior por enfatizar a necessidade de se inverter processos autodestrutivos de desenvolvimento pautados no abuso contra a natureza.

Jacobi (2003) frisa que nessa última corrente a preocupação em considerar como critérios de sustentabilidade dimensões que englobam aspectos econômicos, sociais e de matriz biofísica, em detrimento de uma concepção que considere tão somente a necessidade de redução sobre o uso de recursos ou de controle populacional é indubitável. Esta tendência, ou melhor, esta visão de sustentabilidade

tem ganhado cada vez mais força, ainda mais pela percepção iniciada desde a Agenda 21, que chega a propor como plano de ação para o desenvolvimento uma abordagem que tenha como norteadores a pluralidade, a diversidade, multiplicidade e heterogeneidade. Isto porque, ao se pensar em um modelo de desenvolvimento sustentável, deve-se estar atento que se trata de um projeto com aplicação na sociedade e para a sociedade, portanto, sujeito aos aspectos econômicos e sociais.

Assim, deve-se entender como ideia de sustentabilidade, de acordo com Jacobi (2003, p. 195):

A prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais, relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Mikhailova (2004), por sua vez, conceitua a sustentabilidade como sendo a capacidade de manter uma atividade de forma contínua, de tal sorte que a exploração de certo recurso natural, feita de forma sustentável, possa acontecer para sempre. Para que isto seja possível, a utilização dos recursos não pode levar a exaustão as reservas existentes, de modo que as gerações futuras possam delas usufruir como estoque que poderá ser movimentado, inclusive, sob a forma de capital material.

Outros autores, como Andrade (2013) defendem que o conceito de sustentabilidade é permeado por diversas características que podem ser reunidas em três grupos temáticos, a fim de facilitar o seu entendimento e sistematização. O primeiro deles é o caráter de tendência que se refere ao processo de “atingir determinadas metas de forma contínua e reavaliada”. Já o caráter dinâmico, o qual vem logo em seguida, é a capacidade que a sustentabilidade possui de permitir a adaptação a realidade a partir de interações dinâmicas que ela provoca entre as necessidades existentes e o próprio ambiente. Como terceiro grupo temático, o caráter holístico procura buscar o entendimento da realidade tendo como base aspectos pluridimensionais, que envolvem fatores ambientais, econômicos, sociais e políticos.

As discussões acerca da sustentabilidade não se resumem a esses pontos, sendo profícua a literatura sobre o tema. De acordo com Schaun et al. (2010), devido à presença de algumas contradições e ambiguidades, às vezes até irreconciliáveis, entre os conceitos e definições acerca do que se entende por sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ainda não existe consenso quanto à verdadeira significação destes termos. Por um lado há registros de emprego da expressão como significando progresso e, por outro, como sinônimo para descrever a tensão existente entre crescimento econômico desenfreado e recursos naturais limitados.

Sob o escólio de Lang (2009), tendo em vista os recursos naturais serem cada vez mais disputados em mercados competitivos, as questões ambientais acabam se tornando cruciais para quem deles se utiliza, o que gera discussões acaloradas no meio social.

Os primeiros estudos que se tem notícia sobre o tema, como relata Schaun et al. (2010), iniciaram-se no campo das ciências ambientais e ecológicas e receberam grandes contribuições de outras disciplinas, como Economia, Sociologia, Filosofia, Política e Direito. No entanto, a sustentabilidade manterá o relevo que adquiriu nos dias de hoje, apenas quando deixar de ser restrita a uma área de conhecimento e vier a adquirir feições multidisciplinares.

Ainda sobre a conceituação de sustentabilidade, Andrade (2013) prefere abordar o tema por meio da compreensão dos pilares do desenvolvimento humano, cujo entendimento poderá assegurar uma maior equidade social. Considerar a sustentabilidade tomando por base o modelo capitalista pode de certa forma ser vista como inviável, na medida em que se trata de um sistema estruturado por um processo de desenvolvimento contínuo. Assim, considerando que alguns recursos não são renováveis e o capital humano também possui suas limitações, torna-se preciso encontrar outras formas de desenvolvimento mais adequadas a uma proposta de preservação tanto ambiental como social, as quais já se encontram em debate desde a década de 60.

Para Andrade (2013), a sustentabilidade precisa adotar uma ótica multidisciplinar, que considere estudos e avaliações do processo de desenvolvimento e que tenham como pilares aspectos de ordem social, ambiental, espacial e cultural. Com o fito de atender a este objetivo, cada integrante da

sociedade deverá colaborar no sentido de realizar ações que promovam o desenvolvimento sustentável tanto em nível interno como entre os próprios participantes.

Entre as propostas comentadas sobre sustentabilidade, Sachs (1993) adota o que ele denominou de movimento do desenvolvimento sustentável, o qual tem por base a percepção de respeito aos recursos naturais da Terra. Na medida em que estes recursos podem ser eliminados por meio de catástrofes globais tanto na esfera social como ambiental, torna-se imperioso que as nações, governos, enfim, todos os integrantes da sociedade civil organizada se disponham a agir em conjunto para encontrar soluções de desenvolvimento mais sustentável.

Destarte, diante da diversidade de proposições que, tal como Sachs (1993) se dispõe a implementar sobre os conceitos e princípios de sustentabilidade, alguns autores propuseram indicadores capazes de aferir, a partir de dados quantitativos, o nível de sustentabilidade existente em diversos espaços geográficos. É o caso de Martins e Cândido (2008) que desenvolveram um sistema de indicadores que permite a obtenção de um índice de desenvolvimento sustentável municipal (IDSM), e Silva (2008) que adaptou esse modelo e criou uma abordagem ponderada das dimensões e dos indicadores (IDLS). Uma dessas metodologias foi proposta por Sachs (1993) e levanta como indicador de desenvolvimento a qualidade de interação entre a eficiência econômica, equidade social e preocupação ambiental. Quanto maior for o entendimento holístico dessas perspectivas, isto é, quanto maior se mostrarem relacionadas para atingir um quadro sustentável, tanto melhor será o nível de desenvolvimento apresentado.

Além desse modelo, outros também podem ser considerados como formas de se aferir o nível de desenvolvimento sustentável. É o caso, por exemplo, do sistema de indicadores de avaliação de desenvolvimento descrito por Andrade (2013), ao tratar sobre os índices de mensuração que podem ser relevantes para a elaboração de políticas públicas que fortaleçam a prosperidade local sustentável. Tendo como parâmetro o desenvolvimento municipal durante a realização de um evento, pode-se dizer que este modelo se mostrou adequado aos propósitos inicialmente estabelecidos pela pesquisadora. Ademais, realça Andrade (2013), a dimensão tecnológica possibilita a cooperação técnica e o intercâmbio por meio de investimentos no desenvolvimento dos recursos humanos locais através do estímulo

na construção de parcerias entre órgãos governamentais e não governamentais, Universidades, mercado e sociedade civil.

2.2.1 Sustentabilidade e dimensões relacionadas à Copa do Mundo

Para Jacobi (2003), a concepção de evento sustentável envolve a discussão de quatro temas principais sobre sustentabilidade formados pela economia, sociedade, meio ambiente e a política. Isto porque, ao mesmo tempo em que os riscos de um evento devam ser administrados de forma a não gerar prejuízos ao meio ambiente, torna-se relevante a existência de melhorias econômicas em todos os setores da sociedade por ele atingidos, assim como a possibilidade de as pessoas usarem responsabilmente os recursos naturais favorecidos por uma política de sustentabilidade que as conscientizem sobre a importância da preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Atento para a necessidade de articulação entre esses quatro pilares de sustentabilidade, o governo brasileiro editou a Agenda do Meio Ambiente e Sustentabilidade, presente em BRASIL (2014a), cuja missão foi:

Propor políticas públicas e soluções técnicas necessárias, eficientes e transparentes que garantam a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do país a partir da realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Desse modo, o Governo Federal, através de uma de suas Câmaras Temáticas a do Meio Ambiente e Sustentabilidade ou CTMAS, apresentou como alguns dos seus objetivos a promoção de ações estruturantes que viessem a garantir tanto a sustentabilidade como a preservação do meio ambiente, bem como a articulação de iniciativas de sustentabilidade com políticas de inclusão social. Dessa forma, a fim de atingir esses propósitos, se adotou procedimentos de sustentabilidade que pudessem assegurar a realização de uma Copa do Mundo, através das seguintes diretrizes – Quadro 02.

Quadro 02 – Diretrizes de sustentabilidade da Câmara Técnica do Meio Ambiente

Ord.	Diretrizes de sustentabilidade definidas pela Câmara Técnica do Meio Ambiente do Governo Federal
1.	Compensa suas emissões e coopera com o combate ao aquecimento global;
2.	Promove sustentabilidade ambiental com inclusão social;
3.	Incentiva e alavanca negócios verdes;
4.	Incentiva a eficiência energética;
5.	Valoriza e ajuda a promover e proteger a biodiversidade brasileira;
6.	Constrói estádios com sustentabilidade;
7.	Utiliza a água de maneira racional;
8.	Incentiva a mobilidade e circulação sustentáveis;
9.	Incentiva o consumo de produtos orgânicos e/ou sustentáveis;
10.	Promove o ecoturismo nos biomas brasileiros.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2014h), 2014

Segundo Neto et al. (2011), durante a Copa do Mundo de 2006 realizada na Alemanha houve uma tentativa em se agregar sustentabilidade sem que a participação econômica no evento pudesse ser comprometida. Sendo a primeira no mundo a utilizar o *Green Goal*, um programa da FIFA para a redução de CO², ou seja um plano que consiste em viabilizar a sustentabilidade ambiental, a Copa da Alemanha assumiu metas ambiciosas distribuídas em áreas relacionadas às mudanças climáticas, mobilidade, energia e eliminação de resíduos.

Neto et al. (2011) também afirmam que o Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2006, em parceria com o Öko-Institute (sediado na Alemanha), resolveram planejar um evento neutro em emissões, como forma de demonstrar o quanto o acontecimento poderia ser voluntariamente compensado. Ao final do evento foram totalizadas 92.000 toneladas de CO², que corresponderam, comparadas às 100.000 toneladas estimadas para o evento, a uma redução de 19% na quantidade de emissões. Segundo os organizadores, o sucesso desse resultado aconteceu graças a combinação de uso intensivo de transportes públicos e pela

implementação de projetos de mobilidade urbana no período que antecedeu à Copa do Mundo. E, segundo os autores, esta mesma experiência tentou ser implantada quatro anos depois na Copa da África do Sul, a partir de eventos sustentáveis como o 2010 FIFA *World Cup*, mas, não apresentou o resultado esperado. Embora um dos objetivos do *Green Goal* para essa Copa fosse atingir os mesmos níveis de carbono da copa anterior, a quantidade de emissões para o evento foi estimada em torno de 896.000 toneladas. Em termos comparativos, de acordo com Neto et al. (2011, p. 7), isto “equivalia a mais de oito vezes as emissões estimadas para a Copa da Alemanha, sem incluir as emissões de transporte internacional, que somariam mais de 1.856.000 de toneladas de dióxido de carbono”.

Ainda de acordo com Neto et al. (2011), esses fatos se devem, principalmente, a fatores característicos do país-sede, o que reforça, por oportuno, a adequabilidade do estudo das dimensões de sustentabilidade em seu caráter indissociavelmente holístico. Para os autores, em comparação com outras economias, a economia sul-africana utiliza muito mais intensamente o carbono do que outros países europeus, uma vez que sua matriz energética é constituída, em sua maior parte, por combustíveis fósseis não renováveis como o carvão, o que contribui, por si só, para uma quantidade de emissões muito maior do que em economias sustentáveis.

Além disso, de acordo com Ernst & Young (2010), a inexistência de uma malha ferroviária que pudesse transportar algo em torno de 3.5 milhões de espectadores por mais de 1,2 milhão de km² durante a Copa do Mundo 2010 realizada na África do Sul fez com que sobrecarregassem os meios de transportes aéreos e rodoviários, que, por conta do alto uso de combustíveis fósseis, aumentaram significativamente os níveis de emissão de poluentes para a atmosfera. Também não se pode olvidar que, por faltar naquele tempo uma infraestrutura que pudesse dar conta das proporções do megaevento, foram construídos cinco novos estádios, o que contribuiu de forma significativa para o aumento da emissão de gases poluentes ao meio ambiente.

Em relação à Copa de 2014 no Brasil, tendo em conta a complexidade da realidade vivida em comparação às Copas anteriores, surgiram novas questões que necessitaram uma abordagem bem mais incisiva do que simplesmente a informação de conceitos ou orientação de princípios de preservação do meio ambiente. No

entanto, pelo menos no que tange as metas de redução de carbono, o Brasil se comprometeu à adotar, segundo Neto et al. (2011, p. 09):

A neutralização como diretriz bem clara, inclusive em termos de proposta de legislação através do Projeto de Lei PL-7421/2010, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que visa estabelecer a obrigatoriedade da neutralização das emissões de GEE decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil.

E mais, salientam os autores,

Eventos sustentáveis são aqueles que atingem seu objetivo de maneira financeiramente viável, causando o menor impacto possível ao meio ambiente e propiciam melhorias na distribuição de oportunidades e geração de riqueza para a população local (2011, p. 04).

Sobre as noções preliminares das dimensões da sustentabilidade torna-se de bom alvitre destacar o que disse Andrade (2013), a respeito dos aspectos mais representativos que envolvem este tema. Utilizando-se dos ensinamentos de Silva (2000), a autora os reúne em três grupos temáticos, distribuídos pelo que ela denomina de Caráter Progressivo, Caráter de Tendência e pelo Caráter Dinâmico.

O Caráter de Tendência se caracteriza como processo no qual a sustentabilidade é perseguida de forma contínua e reavaliada; por outro lado, o Caráter Dinâmico se propõe como condição de interação dinâmica com a realidade, a partir da qual operam-se as adequações necessárias. Já o Caráter Progressivo, como o próprio nome assim denomina, tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável por meio de práticas que adotem, por princípio, a consecução gradativa de padrões cada vez mais próximos do princípio ideal de equilíbrio entre desenvolvimento e as possibilidades ofertadas pelo meio ambiente. Aliás, na opinião de Andrade (2013) pode-se definir cerca de oito dimensões de sustentabilidade. Elas se apresentam como: sustentabilidade ambiental, social, econômica, política, ecológica, espacial ou territorial, cultural e tecnológica. Entretanto, embora cada uma delas aconteça de maneira concomitante e elas estejam entrelaçadas entre si, esta divisão obedece, com o propósito de auxiliar a exposição, um critério tão somente didático.

2.2.1.1 Dimensão ambiental ou ecológica

Sachs (2000) define que a sustentabilidade ecológica ou ambiental deve assegurar que a capacidade de oferecer recursos materiais do planeta seja aumentada através da melhor utilização do potencial encontrado em cada um dos diversos ecossistemas. Deve-se com isso procurar minimizar o impacto da ação humana por meio da diminuição do uso de combustíveis fósseis; ter como meta a redução da emissão de substâncias poluentes; fomentar a adoção de políticas de conservação de energia e de recursos; buscar a substituição de recursos naturais não renováveis por recursos renováveis, e aumentar a eficiência dos processos que se utilizam desses recursos.

Em relação à sustentabilidade ecológica, Mendes (2009, p. 32) relata que ela se refere a

Preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não-renováveis; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; autolimitação do consumo material; utilização de tecnologias limpas; definição de regras para proteção ambiental.

Entretanto, devido ao seu caráter protetivo, a dimensão da sustentabilidade ecológica é a que reúne menos controvérsias entre os pesquisadores, mas nem por isso guarda menor importância dentre as demais. Nas palavras de Foladori (2002, p.02):

En efecto, aunque difícil de medir, la sustentabilidad ecológica es la que resulta de menores desacuerdos: la sustentabilidad ecológica se refiere a un cierto equilibrio y mantenimiento de los ecosistemas, la conservación y el mantenimiento de un caudal genético de las especies, que garantice la resiliencia frente a los impactos externos.

Ou seja:

Em efeito, ainda que seja difícil de medir, a sustentabilidade ecológica é a que resulta dos menores desajustes: a sustentabilidade ecológica se refere a um certo equilíbrio e manutenção dos ecossistemas, a conservação e a manutenção de um fluxo genético das espécies, que garantam a resiliência frente aos impactos externos. (tradução própria)

Para Andrade (2010, p. 39), fundamentada na teoria de Sachs, a dimensão ecológica

Envolve à preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não renováveis; controle do consumo de combustíveis fósseis e recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, suprindo-os por recursos renováveis; diminuição do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; autolimitação do consumo material; utilização de tecnologias limpas; definição de regras para proteção ambiental.

Também, de acordo com Llanillo (2007, p. 30), a dimensão ecológica da sustentabilidade consiste no fato de que “o agroecossistema sob utilização deve manter através do tempo suas características fundamentais, sem degradação de seus componentes e relações”.

2.2.1.2 Dimensão social

A sustentabilidade social, no dizer de Andrade (2013) é equidade e riqueza de oportunidades, o combate de qualquer forma de exclusão, discriminação e reprodução de pobreza, desde que respeitadas todas as formas de expressão do pensamento.

Segundo Camargo (2003), a dimensão social estabelece a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em um tipo de crescimento que vise as necessidades da sociedade.

Tomando-se por base os estudos de Mendes (2009, p. 52), esse tema:

Abrange a necessidade de recursos materiais e não-materiais, objetivando maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições da população, reduzindo-se o índice de GINI, ampliando-se a homogeneidade social; a possibilidade de um emprego que assegure qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Além do mais, o volume de investimentos indiretos capazes de gerar emprego e renda, de acordo com Ernst & Young Brasil (2010), foi estimado na ordem de 112,79 bilhões de reais. Para a empresa, o País movimentará R\$ 142,39 bilhões adicionais no período 2010-2014, propiciando 3,63 milhões de empregos-ano e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população, o que vai provavelmente impactar o mercado de consumo interno.

No entanto, conforme acrescenta o estudo da Ernst & Young (2010, p. 4), “a geração de emprego estimada aqui se refere, em princípio, apenas a ocupações temporárias (...) com duração de um ano”, de modo que a manutenção da renda dessas pessoas está condicionada ao cronograma previsto para conclusão das obras para a Copa. Além disso, a organização frisa que

Os impactos socioeconômicos – fluxo de bem-estar que o evento gerará para a população brasileira – têm diversas dimensões e serão percebidos em função de vários fatores. Dependem de que o País consiga aportar os investimentos e as ações necessárias a tempo de o evento ser realizado de forma bem-sucedida; de que aproveite os legados da Copa, transformando-os em bens perenes; e, finalmente, de que alcance esses objetivos de forma economicamente eficiente, sem dispêndios excessivos, má alocação de recursos ou custos de oportunidade (2010, p. 2).

Ou seja, afirmam que o aproveitamento dos efeitos deixados pela Copa dependem unicamente de como eles serão utilizados tanto pelo governo como pelas pessoas em geral, até porque, como enfatizado pelo documento, trata-se de um evento pontual ou de curta duração. Portanto, caberá aos *stakeholders* ou o agentes envolvidos na realização do evento, quer direta ou indiretamente, dar continuidade ao aproveitamento dos benefícios que serão deixados.

2.2.1.3 Dimensão econômica

Andrade (2013) apresentou a dimensão econômica baseada na definição de Sachs (1993) como sendo atrelada à eficácia econômica sob a ótica macrossocial e não apenas na lucratividade empresarial e desenvolvimento econômico intersectorial equilibrado, mas, igualmente relacionado a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, ao razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e à inserção soberana na economia internacional. Deste modo, a economia deve possibilitar uma gestão mais eficiente dos recursos e um fluxo regular dos investimentos públicos e privados.

A dimensão econômica da sustentabilidade tem como principal foco alcançar o potencial econômico com a distribuição de riqueza e renda associada a uma redução de externalidades socioambientais, visando a obtenção de resultados macrossociais positivos (SILVA, 2000), bem como considerar a existência de outros

aspectos sociais relevantes, e não somente a manutenção de capital e as transações econômicas (SILVA e MENDES, 2005).

Em linhas gerais, Silva (2000) esclarece que a sustentabilidade econômica determina que só existirão resultados macrossociais positivos se o potencial econômico também abranger uma satisfatória distribuição de renda que propicie redução de externalidades socioambientais.

Sobre o tema, Mendes (2009, p. 52) afirma que a sustentabilidade econômica se trata de

Eficácia econômica avaliada em termos macro-sociais e não apenas na lucratividade empresarial, desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

Na mesma linha de raciocínio, Zambon e Ricco (2009, p.10) afirmam que as empresas elegem a produção de riquezas como objetivo primordial, esquecendo-se que a dimensão econômica, avaliada pela perspectiva pluridimensional da sustentabilidade, considera aspectos que extrapolam a dimensão objetiva da simples manutenção do capital. Para eles, a fim de se evitar a exploração comprometedora dos recursos naturais, deve-se sempre buscar agregar uma gestão de recursos mais eficiente de modo a se encontrar um equilíbrio entre as necessidades de produção e a preservação do meio ambiente, permanecendo em busca da identificação de oportunidades que minimizem a utilização de recursos naturais, com a consequente redução do desperdício, sem que haja afetação no desempenho relativo à competitividade.

2.2.1.4 Dimensão política

A dimensão política para Silva (2000) prevê a participação da sociedade nas tomadas de decisões como uma forma de superação de práticas e políticas de exclusão que poderiam, eventualmente, prejudicar o desenvolvimento da sustentabilidade.

A este respeito, Mendes (2009) acrescenta que a sustentabilidade política, em âmbito nacional tem por fundamento a democracia, a persecução dos direitos

humanos universais e o desenvolvimento da capacidade estatal em implementar projetos nacionais em parceria com empreendedores, voltados a coesão social. Ao passo que, no plano internacional a sustentabilidade política possuiria uma conotação mais ampla, ao prevenir guerras, servir como garantia da paz e agente de promoção de cooperação internacional em assuntos de meio ambiente e recursos naturais. Além de proteger a biodiversidade e a diversidade cultural, a sustentabilidade política também teria por função a gestão do patrimônio global, a cooperação científica e tecnológica internacional.

Sachs (2000) define que a sustentabilidade política na esfera nacional baseia-se na democracia, apropriação universal dos direitos humanos e no desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com empreendedores e em coesão social. No âmbito internacional tem sua eficácia na prevenção de guerras, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, na aplicação do princípio da precaução, na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, afora a prevenção da biodiversidade e da diversidade cultural; gestão do patrimônio global como herança da humanidade e a cooperação científica e tecnológica internacional.

2.2.1.5 Dimensão espacial ou territorial

No que se refere a sustentabilidade espacial ou territorial, Mendes (2009, p.52) sugere como sendo a

Busca de equilíbrio na configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas; melhorias no ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e elaboração de estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis a fim de garantir a conservação da biodiversidade e do ecodesenvolvimento.

Para Froehlich (2014, p. 158), a dimensão espacial

Está relacionada com o estabelecimento de uma configuração adequada da distribuição das populações rural e urbana no território, buscando um equilíbrio entre a distribuição dessas populações e das atividades econômicas e reduzindo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas. A concentração demográfica excessiva nas áreas urbanas causa perda da biodiversidade. É preciso preservar ecossistemas frágeis promovendo a agricultura e a exploração das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores; explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias limpas.

Contudo, como explica Soares (2013), apesar das disparidades inter-regionais, todas as regiões brasileiras, apesar das distâncias muitas vezes significativas entre algumas cidades, foram contempladas com a realização de jogos da Copa do Mundo de 2014.

Soares (2013) afirma também que, devido ao volume de investimentos envolvidos na concepção e implementação de projetos e ao prazo muitas vezes reduzido para implantação, torna-se difícil afirmar a participação da população ou mesmo de seus representantes no processo de elaboração de estratégias ambientalmente seguras ou alternativas que garantam a conservação da biodiversidade aliada a propostas de desenvolvimento.

No entanto, Sachs (1993) atesta que uma melhor distribuição de assentamentos urbanos e atividades econômicas é possível, desde que atendidas estratégias participativas.

E, sob a ótica da importância da dimensão geográfica (ou territorial) da sustentabilidade, Duran (2012, p. 52) afiança que

La dimensión geográfica – también denominada territorial-, de la sustentabilidad constituye uno de los principales desafíos de las políticas públicas contemporáneas – de ordenamiento y planificación ambiental-, que requiere territorializar la sustentabilidad ambiental y social del desarrollo y, a la vez, sustentabilizar el desarrollo de las regiones, es decir, garantizar que las actividades productivas de las distintas economías regionales promuevan la calidad de vida de la población y protejan el patrimonio natural para resguardarlos para las generaciones venideras

Ou seja,

A dimensão geográfica - também chamada territorial - da sustentabilidade é um dos principais desafios das políticas públicas contemporâneas – de ordenamento e planejamento ambiental – que exige territorializar a sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, sustentar o desenvolvimento das regiões, ou seja, assegurar que as atividades produtivas das diversas economias regionais promovam a qualidade de vida da população e protejam o patrimônio natural para protegê-los para as gerações futuras.

2.2.1.6 Dimensão cultural

No que concerne a dimensão da sustentabilidade cultural, Silva e Shimbo (2001) asseguram que a sustentabilidade cultural compreende a efetivação de uma política de incentivo a diversidade e identidade cultural que contemple suas mais variadas manifestações, sobremaneira as que digam respeito às raízes endógenas. Objetiva-se, assim, a conservação do patrimônio não só urbanístico, como também

paisagístico, ambiental que tenham por referência a história, a memória e os costumes de um determinado povo. E se traduz, na opinião de Mendes (2009) em “respeito à cultura de cada local; garantindo continuidade e equilíbrio entre a tradição e a inovação”.

Isto posto, percebe-se que esta dimensão, em relação a muitos aspectos, também se confunde com a dimensão social na medida em que a cultura e a sociedade são duas faces de uma mesma moeda. Por conseguinte, sendo uma realidade intrínseca a outra, poder-se-ia estimular a cultura por meio de incentivos a movimentos sociais já existentes, garantindo-se oportunidades de acesso ao conhecimento e capacitação por meio de projetos educacionais específicos, sustenta Sachs (2000).

2.2.1.7 Dimensão tecnológica

Santiago e Dias (2012, p. 204) afirmam que a dimensão tecnológica consiste na utilização de

tecnologias limpas e apropriadas de processamento de resíduos de acordo com o contexto socioeconômico, cultural e ambiental local. As tecnologias apropriadas devem buscar privilegiar a não produção de mercadorias que não possam retornar ao processo produtivo, o controle na geração, a minimização, o reuso e a reciclagem dos resíduos sólidos.

Com o mesmo pensamento, Passerino e Kleine (2013) atestam que essas tecnologias limpas, para que possam economizar energia e recursos, precisam antes passar pela educação e pela inovação tecnológica em si mesma.

Já para Casagrande Jr. (2013, p.3) as

Mudanças em design de produto, a aplicação da tecnologia da informação em controle e medição, a utilização de novos materiais de baixo impacto ambiental, o aproveitamento de materiais reciclados, a agregação de valor a resíduos (emissão zero), o uso de substâncias de base natural e capacitação de trabalhadores conscientes do processo em que estão inseridos, são a plataforma de um desenvolvimento tecnológico ambientalmente saudável.

Não diferentemente Passerino e Kleine (2013, p. 597) garantem que sustentabilidade tecnológica

Não se restringe aos modelos e métodos de tecnologia utilizados por grandes empresas estatais ou privadas, mas também na educação da população quanto ao consumo das tecnologias, frente aos incessantes incentivos consumistas do capitalismo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPO DA PESQUISA

O presente estudo, do ponto de vista da abordagem do problema pode ser considerado como de natureza qualitativa em que a experiência pessoal, a intuição e o ceticismo trabalham juntos com o propósito de auxiliar a aperfeiçoar as teorias e os experimentos (Stake, 2011), isto é, “significa que o raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana” (p. 21), que não pode ser traduzido em números. E, mesmo que para alguns opositores o estudo qualitativo apresente pontos fracos, como a subjetividade, contribuições lentas e tendenciosas, para outros profissionais a subjetividade “não é vista como uma falha, algo que deve ser eliminado, mas como elemento essencial para se compreender a atividade humana”, esclarece Stake (2011, p. 39).

Com efeito, os pesquisadores qualitativos têm a preocupação respeitosa em relação à validação das observações. Os fenômenos estudados por esses pesquisadores, como pontua Stake (2011), geralmente são longos, causais e envolventes. Normalmente demora muito tempo até se entender o que está acontecendo, como tudo funciona, ou seja, requer muito trabalho e é caro. Para estudiosos como Stake (2011, p. 40), “isso é um trabalho de amor mais do que ciência”. Sumariando, o ambiente natural é a fonte direta para a coleta dos dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Sob esta ótica Mintzberg (1979, apud Sutton e Staw 2003, p. 77) certifica: “os dados não produzem teoria – somente os pesquisadores fazem isso”. O estudo é descritivo, e os dados são analisados indutivamente.

Quanto aos seus objetivos esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, uma vez que, conforme frisam Cervo e Bervian (2002), além de não apresentar hipóteses a serem testadas no trabalho, restringe-se a “definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo” (p. 69). Além disso, salientam os autores, realiza descrições precisas da situação e quer conhecer as relações existentes entre os elementos componentes da mesma, ou seja, visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torna-lo explícito.

Neste caso, envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com a problemática anunciada. E mais, de acordo com Gil (2008), o objetivo da pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto pouco explorado, como é o caso do megaevento Copa do Mundo, realizado em 2014 na cidade de Natal/RN.

No tocante aos procedimentos técnicos a pesquisa pode ser vista como bibliográfica e documental. Bibliográfica, por ter sido elaborada a partir de referências teóricas publicadas em documentos, quer dizer, constituída principalmente de livros, periódicos especializados e com material disponibilizado na internet. Entre suas vantagens, explica Diehl & Tatim (2004, p. 58), “está o fato de que os documentos constituem fonte rica e estável de dados”.

Documental, em razão de ter sido implementada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, ou “que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo do trabalho” (DIEHL e TATIM 2004, p. 59). Até mesmo, conforme preceitua Severino (2007), pode ser usada como fonte de pesquisa de documento em sentido lato, ou seja, não se trata apenas de análise de documentos impressos, mas também de fotos, filmes, gravações e documentos legais, como é o caso daqueles voltados notadamente sobre a realização da Copa do Mundo no Brasil. Além disto, como ensina Silva et al. (2009), enquanto método de investigação da realidade social, este tipo de pesquisa pode ser utilizada tanto nas abordagens positivistas como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico, uma vez que o objetivo é de compreender os elementos do desenvolvimento sustentável promovido pelo campeonato mundial de futebol.

Sobre a técnica de coleta de dados adotou-se a entrevista semi-aberta composta de questões semi-estruturadas como instrumento empregado para se obter informações dos gestores públicos potiguares, nas esferas estadual e municipal, envolvidos com a Copa do Mundo 2014 em Natal. Sublinha-se que a adoção desse procedimento técnico se deu em função da adequação do objetivo pretendido na pesquisa, pois, conforme preceitua Thums (2003), a finalidade básica de uma entrevista é obter informação de forma direta junto ao investigado por meio de um diálogo.

Como reforço à adoção dessa técnica, importa destacar que para Minayo (1994), através da entrevista se obtém informações colhidas na fala individual, o que

pode se traduzir em um sistema de valores, normas e símbolos, transmitidos pelo porta-voz como sinal de representação de determinados grupos.

Sob outra perspectiva, Severino (2007) observou que

O objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem a intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (...) que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (p. 123)

E Thums (2003), por sua vez, afirma que há uma desvantagem na realização da coleta de dados por entrevista livres, qual seja, a duração da entrevista, pois existem pessoas que discorrem muito sobre determinado tema e isso pode atrapalhar o curso do diálogo, motivo adicional pelo qual a entrevista semi-aberta, com questões semi-estruturadas, foi o procedimento adotado para a coleta de dados.

Além do mais, no formato semi-estruturado o informante pode discorrer sobre suas experiências a partir do tema central levado pelo pesquisador, além de poder emitir respostas livres e espontâneas. Assim, “a lista das poucas questões mas suficientemente amplas, elaborada com base no problema de pesquisa, busca tratar com profundidade o tema sem que haja interferência entre elas ou redundâncias” (DUARTE 2005, p. 66). A propósito, como falado pelo autor, a entrevista é conduzida, em grande medida pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustado ao roteiro do observador.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA DE CAMPO

De acordo com Vieira (2009), a população ou o universo da pesquisa precisam ser apresentados, pois consistem nas unidades sobre as quais se pretende encontrar as informações.

Em função da abordagem qualitativa da pesquisa e em razão de seu foco estar voltado para os argumentos dos gestores públicos, decidiu-se por considerar como participantes os gestores públicos potiguares das esferas estadual e municipal vinculados à realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, em função da proximidade destes com o tema central de estudo.

Para robustecer a decisão do pesquisador quanto aos participantes da pesquisa, importa destacar o que fora dito pelo então Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Norte (CREA/RN), Adalberto Pessoa de Carvalho, quando da realização do I Fórum de Discussão Técnica Natal Copa 2014:

Foi a iniciativa dos gestores de Natal e do RN, aliada as contribuições que existiram por parte de deputados e senadores, além de desportistas; e dos tantos entusiastas do esporte e do desenvolvimento do estado, anônimos ou não, que culminou com a escolha de Natal para sediar parte da copa do mundo de 2014. (MARANHÃO e PEQUENO, 2012)

Restou, portanto, reconhecido o papel dos gestores públicos potiguares das esferas estadual e municipal, uma vez que estes sujeitos foram inseridos no planejamento e na execução do megaevento esportivo estudado, razão pela qual foram selecionados como participantes desta pesquisa de acordo com o quadro.

Quadro 03 - Participantes da pesquisa

Esfera	Entidade	Titularidade do cargo
Estadual	Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à Copa 2014	Secretário
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário
	Secretaria de Turismo	Secretário
	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	Diretor Geral
Municipal	Secretaria de Obras Públicas	Secretário
	Secretaria de Mobilidade Urbana	Secretário Adjunto
	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	Secretário
	Secretaria de Esporte e Lazer	Secretário
	Secretaria de Turismo	Secretária

Fonte: Elaborado pelo autor

Os sujeitos foram divididos em dois grupos, de acordo com a esfera da administração pública a que está vinculado: esfera municipal e esfera estadual. A amostragem não probabilística adotada foi a que se caracteriza por julgamento. Segundo Oliveira (2001) essas amostras são realizadas de acordo com o julgamento

do pesquisador, podendo ser adotado um critério razoável de julgamento e sendo comum a escolha de *experts* sobre o tema pesquisado.

Dentre esses 09 (nove) listados, 07 (sete) se disponibilizaram a atender o pesquisador. Os dois restantes, embora tenham agendado momento para entrevista, não compareceram e, mesmo em nova oportunidade agendada, somente o pesquisador compareceu.

3.3 COLETA DE DADOS

Como dito, o estudo realizado em Natal/RN foi dividido em duas etapas. A primeira delas consistiu na análise dos documentos pertinentes à Copa do Mundo de 2014 em Natal, os quais foram analisados sob o contexto da sustentabilidade. A segunda, na realização de entrevistas não-estruturadas.

No que diz respeito ao estudo sobre documentos, foram considerados como documentação passível de análise toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Nesta pesquisa, adotou-se o sentido da análise de documentação como técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes (SEVERINO, 2007).

E, quanto a realização das entrevistas, essas se constituíram em uma técnica de coleta de informações requeridas diretamente ao sujeito pesquisado, que no dizer de Severino (2007, p. 124):

Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

O roteiro da entrevista utilizado para a coleta dos dados compõe esse documento, na forma de apêndice. Contém 24 perguntas, assim estruturadas: 1ª parte – composta de oito perguntas voltadas ao perfil dos participantes; 2ª parte – composta de três perguntas orientadas no sentido de identificar a relação entre o cargo exercido pelo participante e as atividades inerentes à Copa do Mundo de

2014; 3ª parte – composta de doze perguntas direcionadas à verificação dos argumentos dos participantes sobre a sustentabilidade; 4ª parte – composta de duas perguntas, orientadas com o fim de identificar quais efeitos de sustentabilidade foram deixados pela Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN e reconhecidos pelos gestores públicos potiguares entrevistados.

3.4 CATEGORIAS DO ESTUDO

Foram utilizadas como categorias do estudo as dimensões da sustentabilidade em relação aos elementos coletados e analisados, nos termos do Quadro 04 abaixo.

Quadro 04 – Categorias de estudo

Dimensão	Categorias
Sustentabilidade	<p style="text-align: center;">Ambiental</p> <p>Sachs (2000) define que a sustentabilidade ecológica ou ambiental deve assegurar que a capacidade de oferecer recursos materiais do planeta seja aumentada através da melhor utilização do potencial encontrado em cada um dos diversos ecossistemas. Deve-se com isso: procurar minimizar o impacto da ação humana por meio da diminuição do uso de combustíveis fósseis; ter como meta a redução da emissão de substâncias poluentes; fomentar a adoção de políticas de conservação de energia e de recursos; buscar a substituição de recursos naturais não renováveis por recursos renováveis, e aumentar a eficiência dos processos que se utilizam destes recursos.</p>
	<p style="text-align: center;">Social</p> <p>Segundo Camargo (2003), a dimensão social estabelece a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em um tipo de crescimento que vise as necessidades da sociedade.</p>
	<p style="text-align: center;">Econômica</p> <p>Mendes (2009) afirma que a sustentabilidade econômica se trata de eficácia econômica avaliada em termos macro-sociais e não apenas na lucratividade empresarial, desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.</p>
	<p style="text-align: center;">Política</p> <p>Para Silva (2000) a dimensão política prevê a participação da sociedade nas tomadas de decisões como uma forma de superação de práticas e políticas</p>

	de exclusão que poderiam, eventualmente, prejudicar o desenvolvimento da sustentabilidade.
	Espacial
	Para Mendes (2009) é a busca de equilíbrio na configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas; melhorias no ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e elaboração de estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis a fim de garantir a conservação da biodiversidade e do ecodesenvolvimento.
	Tecnológica
	Passerino e Kleine (2013, p. 597) afirmam que “não se restringe a sustentabilidade tecnológica aos modelos e métodos de tecnologia utilizados por grandes empresas estatais ou privadas, mas também na educação da população quanto ao consumo das tecnologias, frente aos incessantes incentivos consumistas do capitalismo”.

Fonte: Elaborado pelo autor

3.5. TRATAMENTO DOS DADOS

Concluída a leitura das normas propostas para a pesquisa documental e encerradas e transcritas as entrevistas, deu-se início ao tratamento dos dados coletados, para o que foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, objetivando identificar o significado das mensagens e dos enunciados extraídos em relação às dimensões da sustentabilidade.

Conforme ensina Severino (2007), os elementos da linguagem, da expressão verbal (oral ou escrita) e dos enunciados podem ser levados como indicadores significativos para a compreensão de aspectos ligados às práticas humanas.

A análise de conteúdo a que se submeteram os dados coletados seguiu estritamente o objetivo de inferir os aspectos relativos à presença da construção da sustentabilidade em suas diversas dimensões.

Sobre esse assunto, Bardin (2011) destaca que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações com procedimento de descrição do conteúdo das mensagens, destinado à obtenção de indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Andrade (2013), sobre outra perspectiva, afirma que essa técnica tem duas funções, sendo a primeira aquela que enriquece a tentativa exploratória e aumenta a possibilidade de descoberta, e a segunda aquela que adota hipóteses, sob formato de questionamentos ou afirmações provisórias que podem levar à aceitação ou rejeição de uma confirmação.

Destarte, depois de encerrada a etapa da coletados os dados, iniciou-se o processo de tratamento dos dados tomando-se como referências as orientações de Bardin (2011). Segundo o autor essas orientações são compostas de três fases:

Na primeira fase, chamada de pré-análise, o material analisado foi organizado de maneira a permitir uma sistematização inicial das ideias. Subdividida em quatro processos, esses seguiram o seguinte roteiro: 1. a leitura flutuante – oportunidade em que o pesquisador define os documentos, transcreve as entrevistas e toma conhecimento dos textos a serem examinados; 2. a escolha dos documentos – momento em que o pesquisador seleciona os documentos; 3. criação de hipóteses e objetivos – quando o pesquisador estabelece algumas afirmações para fins de verificação; e 4. a elaboração de indicadores – quando o pesquisador extrai trechos dos documentos analisados formando índices para a análise.

Foram ainda aferidos os critérios ditos por Bardin (2011) como relevantes nessa fase de seleção de documentos, quais sejam: a exaustividade (para esgotar a totalidade da comunicação), a representatividade (para que as informações representem o universo da pesquisa); a homogeneidade (para que todos os dados se refiram ao mesmo tema); e a pertinência (para que os documentos sejam condizentes aos objetivos da pesquisa).

Ainda no escólio de Bardin (2011), seguiram-se as duas outras etapas.

A segunda fase consistiu na codificação do material, na categorização dos elementos de análise e na classificação do conteúdo.

E na terceira, no tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos elementos obtidos, momento em que foram unificadas as informações para análise, com os destaques adequados, alcançando-se as interpretações e inferências decorrentes da intuição e da reflexão do pesquisador.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pretende-se neste capítulo descrever os resultados obtidos na pesquisa por meio das entrevistas realizadas junto aos gestores públicos, tomando por base os instrumentos legais norteadores do projeto Copa do Mundo 2014.

4.1 AS NORMAS INSTITUÍDAS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO 2014 E A PREVISÃO NORMATIVA DE SUSTENTABILIDADE

Para a realização da Copa do Mundo de 2014, diversas normas foram instituídas com o objetivo de viabilizar esse megaevento esportivo, as quais puderam ser editadas nos mais variados níveis da chamada hierarquia das normas de Kelsen (1999), respeitada a Constituição Federal de 1988 que é a norma hipotética fundamental.

Segundo Kelsen (1999), as normas podem estar dispostas em leis federais, leis estaduais, decretos, portarias, resoluções ou regimentos, desde que não incorram em conflitos com as normas superiores.

É de se considerar, inclusive, que as normas podem estar dispostas nas três esferas da Administração Pública: Federal, Estadual e Municipal, a depender das competências para legislar por matéria e por território, de acordo com o que é estabelecido na Constituição Federal de 1988.

A pesquisa identificou, no âmbito federal (objetivo a que se propôs), a edição de, pelo menos, de 06 (seis) Leis Ordinárias (Federais), 08 (oito) Decretos, 04 (quatro) Instruções Normativas, 03 (três) Portarias, 26 (vinte e seis) resoluções e 01 (uma) Decisão Normativa.

4.1.1 Leis Ordinárias

As Leis Ordinárias (Federais) são as mais comuns, aprovadas pela maioria dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nas respectivas sessões de votação.

As Leis (Federais) promulgadas para fins de regulação para a Copa do Mundo de 2014 foram as: 12.663/2012, 12.462/2011; 12.350/2010; 12.348/2010; e 12.309/2010.

A Lei 12.663/2012 (de 05/06/2012), conhecida como Lei Geral da Copa, dispõe sobre as medidas relativas à Copa do Mundo de 2014, observando, no seu primeiro capítulo, as definições e conceitos essenciais de: órgãos, eventos, atividades, associações, prestadores de serviços, parceiros comerciais, emissoras, agências, locais oficiais de competição, partidas, períodos de competição, representantes de imprensa, símbolos oficiais e ingressos.

No segundo capítulo, a Lei Geral da Copa dispõe sobre a proteção e exploração dos direitos comerciais relativos ao evento, estabelecendo procedimentos para a proteção especial aos direitos de propriedade industrial relacionados à Copa do Mundo (exemplos: anotação dos emblemas, do alto renome e das marcas de titularidade da FIFA); sobre as restrições comerciais e vias de acesso; da captação de imagens, sons, radiodifusão e acesso aos locais oficiais de competição; e das sanções civis aplicáveis àqueles que transgredirem as normas.

O terceiro capítulo da Lei Geral da Copa estabelece regras e procedimentos pertinentes à concessão dos vistos de entrada e das permissões de trabalho para todos os membros direta ou indiretamente envolvidos, todos elencados em diversos dispositivos. Já o quarto capítulo definiu elementos da responsabilidade civil da União perante a FIFA.

No quinto capítulo, essa Lei descreveu elementos específicos para a comercialização dos ingressos para os jogos da Copa do Mundo e, no sexto capítulo, as condições de acesso e permanência nos locais oficiais de competição.

Nos demais capítulos estão definidas as campanhas sociais permitidas durante a competição, as disposições penais para as transgressões das regras nela previstas.

Outra Lei editada foi a de n. 12.462/2011 (de 04/08/2011), que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários para a realização, dentre outras hipóteses, da Copa do Mundo de 2014, definidos pelo Grupo Gestor da Copa 2014 (GECOPA).

A Lei 12.350/2010 (de 20/12/2010) dispõe sobre medidas tributárias relativas à realização da Copa do Mundo de 2014 no país, tais como desonerações de tributos por meio de isenção a importações e as pessoas jurídicas ou físicas. Ainda, instituiu o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol – RECOPA.

Outra Lei promulgada para o fim de viabilizar a realização da Copa do Mundo foi a de n. 12.348/2010 (de 15/12/2010) que dispõe sobre o limite de endividamento dos Municípios em operações de crédito voltadas para o financiamento das obras de infraestrutura destinadas à realização da Copa do Mundo de 2014.

A Lei n. 12.309/2010 (de 09/08/2010), diferentemente de todas as anteriormente citadas, não foi promulgada com intuito específico de tratar de matéria concernente à Copa do Mundo; o seu objetivo foi o de estabelecer diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011, procedimento este comum anualmente. Entretanto, estabeleceu a obrigação de o Poder Executivo divulgar na internet o demonstrativo, atualizado mensalmente, das ações e respectivas despesas voltadas para a realização da Copa do Mundo de 2014.

O resumo da análise dos textos normativos das Leis Ordinárias estudadas pode ser apresentado de acordo com o Quadro 05 abaixo.

Quadro 05 – Resumo do conteúdo das Leis Ordinárias analisadas

Lei Ordinária	Conteúdos
Lei 12.663/2012	Definições e conceitos essenciais para a realização da Copa do Mundo de 2014
	Proteção e exploração dos direitos comerciais
	Regras e procedimentos para concessão de vistos
	Responsabilidade Civil da União perante a FIFA
	Comercialização de ingressos para os jogos
	Acesso aos locais oficiais da competição
	Campanhas sociais durante a competição
	Disposições penais para transgressões à Lei

Lei 12.462/2011	Instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – exclusivo para contratos e licitações necessários para a realização da Copa do Mundo de 2014
Lei 12.350/2010	Medidas tributárias relativas à realização da Copa do Mundo de 2014
Lei 12.348/2010	Limite de endividamento dos Municípios em operações de crédito
Lei 12.309/2010	Divulgação mensal na internet do demonstrativo das ações e despesas voltadas para a realização da Copa do Mundo de 2014

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa não identificou edição de outras Leis Ordinárias com abordagem de temas diretamente pertinentes à Copa do Mundo de 2014.

4.1.2 Medida Provisória

A Medida Provisória é espécie normativa que pode ser expedida exclusivamente pelo Presidente da República, com força de lei. Perde a sua eficácia se no prazo máximo 120 (cento e vinte) dias (sessenta primeiros, mais sessenta por prorrogação), se não for convertida em Lei.

Identificou-se a Medida Provisória 510/2010, datada de 28 de outubro de 2010, que, dentre outros objetivos, instituiu o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol.

Ocorre que essa Medida Provisória foi convertida na Lei n. 12.402/2011, em 02 de maio de 2011, sem, contudo, que a conversão abrangesse a matéria do citado regime especial de tributação – essa sim uma matéria pertinente à realização da Copa do Mundo, razão pela qual foi editada a Lei 12.462/2011.

Quadro 06 – Resumo do conteúdo da Medida Provisória analisada

Medida Provisória	Conteúdos
MP 510/2010	Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa não identificou edição de outras Medidas Provisórias com abordagem de temas diretamente pertinentes à Copa do Mundo de 2014.

4.1.3 Decretos

Os Decretos são normas que tem o condão de regulamentar as leis e dispor sobre a organização da Administração Pública, os quais competem privativamente ao Presidente da República, conforme preceitua o artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal.

Foram identificados 08 (oito) Decretos com fins precípuos de regulamentação de legislação pertinente à realização da Copa do Mundo de 2014.

O Decreto n. 7.783/2012 (de 07/08/2012) regulamentou a Lei 12.633/2012 (Lei Geral da Copa) dispondo sobre regras como procedimentos de concessão e prazo de validade dos vistos de estrangeiros, venda e circulação de ingressos, adequação e acessibilidade para pessoas com deficiência.

O Decreto n. 7.581/2011 (de 11/10/2012) se prestou a regulamentar o chamado Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, estabelecido pela Lei 12.462/2011. Nele foram regulados os procedimentos licitatórios iniciados dentro do RDC, dispondo sobre as vedações para participação de todas as etapas das fases interna e externa, dos contratos e sua execução, remunerações variáveis específicas para licitações de obras e serviços, contratação simultânea, contratação integrada, procedimentos auxiliares e sanções aplicáveis ao descumprimento da Lei n. 12.462/2011.

Mesmo sem citação expressa no corpo do seu texto, o Decreto 7.531/2011 (de 21/07/2011) também teve como objetivo regulamentar matéria relacionada transversalmente à realização da Copa do Mundo de 2014, qual seja: a desestatização de aeroportos considerados relevantes para o fluxo de viajantes. Segundo Fiuza e Pioner (2009), o processo de privatização de aeroportos implica na existência de concorrência no mercado de atuação da empresa e isso é fundamental para dar-lhe os devidos incentivos à reorganização e aumento de eficiência. O chamado Plano Nacional de Desestatização foi instituído muito antes do período de planejamento da Copa do Mundo: em 1997, através da Lei n. 9.491. Esse Decreto incluiu no PND, os aeroportos internacionais Governador André Franco Montoro

(Guarulhos/SP), Viracopos (Campinas/SP) e Presidente Juscelino Kubitschek (Brasília/DF).

Adveio, também, o Decreto n. 7.319/2010 (de 28/09/2010) que regulamentou a aplicação do Regime Especial de Tributação criado pela Lei n. 12.350/2010, com a adoção da suspensão de contribuições e organização sobre aquisições e importações de bens e serviços ao amparo do citado Regime (inicialmente chamado de RECOM, o Regime Especial de que trata esse Decreto foi renomeado para RECOPA, através do Decreto n. 7.525/2011).

Por meio do Decreto 7.081/2010 (de 26/01/2010), a Secretaria Nacional de Segurança Pública foi autorizada a oferecer, dentro do seu Projeto Bolsa-Formação, um ciclo de capacitação destinado aos policiais civis e militares, bombeiros militares e dos entes federativos que sediaram jogos da Copa do Mundo de 2014.

Mais um Decreto exarado foi o de n. 7.034/2009 (de 15/12/2009) que dispôs sobre a divulgação, em um site na internet, dos dados e informações relativos à Copa do Mundo de 2014, com o comando de dar ampla transparência às ações do Governo Federal para a sua realização.

Dois outros Decretos, desta feita, sem numeração, mas apenas datados, sendo um de 14/01/2010 e outro de 26/07/2011, trataram da criação do Comitê Gestor da Copa do Mundo de 2014 – CGCOPA, com a atribuição de estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa.

Quadro 07 – Resumo do conteúdo dos Decretos analisados

Decreto	Conteúdos
7.783/2012	Concessão e validade dos vistos de estrangeiros
	Venda e circulação de ingressos
	Adequação e acessibilidade para pessoas com deficiência
7.581/2011	Regulamentação do Regime Diferenciado de Contratação
7.531/2011	Desestatização de aeroportos relevantes

7.319/2010	Regulamentação e aplicação do Regime Especial de Tributação
7.081/2010	Autorização para capacitação de policiais e bombeiros
7.034/2009	Regulamentação da divulgação na internet dos dados e informações relativos à Copa do Mundo de 2014

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa não identificou edição de outros Decretos com abordagem de temas diretamente pertinentes à Copa do Mundo de 2014.

4.1.4 Portarias

Segundo Meirelles (2013), as Portarias se constituem em atos administrativos internos, através dos quais os chefes dos órgãos públicos emitem suas determinações gerais ou específicas, designam servidores para funções ou cargos, ou outros imperativos decorrentes do poder hierárquico da Administração Pública.

Durante a análise documental foram encontradas 03 (três) Portarias referentes à Copa do Mundo de 2014.

A primeira delas, a 571/2010 (de 22/03/2010), foi lavrada pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência e teve como objetivo a regulamentação dos atos necessários à implantação das medidas de transparência das ações do Governo Federal.

A segunda, n. 303/2012 (de 06/12/2012), serviu para o Ministro de Estado do Esporte designar os membros integrantes do Grupo Executivo (GECOPA).

E a terceira, a Portaria n. 57/2012 (12/12/2012), se prestou à aprovar a diretriz básica para o planejamento e a execução das atividades de inteligência no âmbito do sistema brasileiro de inteligência em grandes eventos. Por intermédio dessa norma, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República definiu a atuação conjunta e integrada com instituições federais, estaduais e municipais, com a produção de conhecimentos sobre óbices, antagonismos ou ameaças relativos a assuntos e temas essenciais para a tomada de decisões e

ações decorrentes, de natureza preventiva ou repressiva, vinculados aos grandes eventos.

Quadro 08 – Resumo do conteúdo das Portarias analisadas

Portaria	Conteúdos
571/2010	Implantação de medidas de transparência das ações do Governo Federal
303/2012	Designação dos membros integrantes do Grupo Executivo da Copa do Mundo de 2014 (GECOPA)
57/2012	Planejamento e execução das atividades âmbito do sistema brasileiro de inteligência em grandes eventos

Fonte: Elaborado pelo autor

Ressalte-se que o estudo não identificou edição de outras Portarias com abordagem de temas diretamente pertinentes à Copa do Mundo de 2014.

4.1.5 Instruções normativas

De acordo com Meirelles (2013), as instruções normativas são os atos administrativos expedidos pelos Ministros de Estado para a execução das leis, decretos e regulamentos, mas também utilizados por outros órgãos superiores para o mesmo fim.

A Instrução Normativa n. 62/2010 (de 26/05/2010), assinada pela Presidência do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece normas acerca do controle exercido pelo órgão sobre os recursos federais destinados à organização e à realização da Copa do Mundo de 2014. Mais tarde, em agosto de 2011, essa Instrução foi regulamentada pela Decisão Normativa n. 115, também lavrada pelo Presidente do TCU – documento pelo qual foi definida a sistemática de cadastramento de pessoas encarregadas de alimentar o Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de 2014 (previsto no artigo 62 da referida Instrução).

A Instrução Normativa n. 1.293/2012 (de 21/09/2012) dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à utilização Copa

do Mundo de 2014, previsto na Lei 12.350/2010 já enumerada neste trabalho. Por meio desta, o Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB) regulamentou o tratamento tributário, o despacho aduaneiro e a admissão temporária de bens relativos à Copa do Mundo de 2014 em circulação no país durante a sua realização.

Com o fito de estabelecer regras sobre obrigações tributárias acessórias para as pessoas jurídicas que gozam dos benefícios fiscais originados pela Lei n. 12.350/2010, o Secretário da RFB editou outra Instrução Normativa – a de n. 1.313 (de 28/12/2012).

O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento lavrou a Instrução Normativa n. 12 (de 15/03/2013), mediante a qual estabeleceu procedimentos para a importação de produtos de origem animal e vegetal, de procedência estrangeira, para utilização ou consumo nos eventos da Copa do Mundo de 2014 e outros eventos associados, previstos para ocorrerem no País no mesmo período.

Quadro 09 – Resumo do conteúdo das Instruções Normativas analisadas

Instruções Normativas	Conteúdos
62/2010	Controle do Tribunal de Contas da União sobre os recursos federais destinados à Copa do Mundo de 2014
1.293/2012	Tratamento tributário e admissão temporária de bens procedentes do exterior durante a Copa do Mundo de 2014
1.313/2012	Regras sobre obrigações tributárias acessórias para pessoas jurídicas
12/2013	Importação de produtos de origem animal e vegetal, de procedência estrangeira, para utilização ou consumo nos eventos da Copa do Mundo de 2014

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa não identificou edição de outras Instruções Normativas com abordagem de temas diretamente pertinentes à Copa do Mundo de 2014.

4.1.6 Resoluções

As Resoluções encontradas durante a pesquisa são todas originadas do GECOPA (Grupo Executivo da Copa de 2014) e tratam de diversos assuntos pertinentes à realização da Copa do Mundo. As de n. 1, 2, 8 e 17 foram revogadas.

As três primeiras Resoluções, n^{os}. 1, 2 e 3, trataram de aprovar, respectivamente, o Plano de Promoção do Brasil; a revisão das ações constantes na Matriz de Responsabilidades relacionada à mobilidade urbana, portos e aeroportos; e as atividades governamentais do Orçamento Geral da União, referentes à Copa do Mundo de 2014.

Através da Resolução n. 4 (de 07/03/2012) o Grupo Executivo estabeleceu os critérios necessários para a aprovação das atividades governamentais para a realização da Copa do Mundo de 2014.

A de n. 5 (de 03/04/2012) tratou de uma chamada pública para seleção de projetos integrantes da programação oficial do Governo Federal para a realização da Copa do Mundo de 2014 e constituiu uma Comissão Especial para esse fim.

As Resoluções 6, 7, 8, 9, 11, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25 e 26 se prestaram unicamente à atualização e revisão da chamada Matriz de Responsabilidades.

De acordo com BRASIL (2014h), a Matriz de Responsabilidades percorreu as áreas prioritárias de infraestrutura das 12 cidades que iriam receber os jogos da Copa do Mundo de 2014, como aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo.

Ainda de acordo com BRASIL (2014h), tem-se que:

Conceitualmente, a Matriz de Responsabilidades é um plano estratégico de investimento no desenvolvimento do país. São investimentos que já seriam necessários e que acabaram sendo antecipados e priorizados nas 12 sedes pela oportunidade de realizar uma Copa do Mundo no Brasil. O instrumento tem o objetivo de definir as responsabilidades de cada um dos signatários (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a execução das medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do Mundial, por meio das ações constantes nos documentos anexos e termos aditivos. O documento original, assinado em 13 de janeiro de 2010 pelo então ministro do Esporte, Orlando Silva, e por 11 prefeitos e 12 governadores (Brasília, uma das cidades-sede, não tem prefeito), define as responsabilidades de cada ente federativo na preparação do evento. Ao longo do tempo, resoluções do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 trouxeram revisões e atualizações nas ações constantes na Matriz de Responsabilidades.

A Resolução n. 10 (de 02/01/2012) se prestou a aprovar o Plano de Comunicação Integrado para a Copa do Mundo de 2014.

Da leitura das Resoluções n. 12 (de 19/07/2012), 13 (22/08/2012) e 16 (de 27/09/2012) vê-se que elas funcionaram apenas para a homologação e chancela da chamada pública para seleção dos projetos de promoção do Brasil para a realização da Copa.

O Plano de Turismo para a Copa do Mundo de 2014 foi aprovado pela Resolução n. 14 (de 04/09/2012).

As Resoluções de n^{os}. 20 e 21 (ambas de 22/01/2012) dispõem sobre a governança da atuação do Governo Federal para a Copa do Mundo, mais especificamente por meio de dois fóruns técnicos: as Câmaras Temáticas, com o objetivo de propor políticas públicas associadas aos temas relacionados à Copa; e os Grupos de Trabalho com o fito de definirem os planos operacionais dos eventos. Esta última tem o condão de aprovar os fóruns e indicar os seus respectivos coordenadores.

Quadro 10 – Resumo do conteúdo das Resoluções analisadas

Resoluções	Conteúdos
1	Aprovação do Plano de Promoção do Brasil
2, 6, 7, 8, 9, 11, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25 e 26	Aprovação da revisão da Matriz de Responsabilidades
3 e 4	Aprovação de atividades do Orçamento Geral da União; e critérios necessários para aprovação
5, 12 e 16	Seleção de projetos integrantes da Programação Oficial do Governo Federal para a realização da Copa do Mundo de 2014
10	Aprovação do Plano de Comunicação Integrado para a Copa do Mundo de 2014
14	Aprovação do Plano de Turismo para a Copa do Mundo de 2014
20 e 21	Governança da atuação do Governo Federal para a Copa do Mundo de 2014 - Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa não identificou edição de outras Resoluções com abordagem de temas diretamente pertinentes à Copa do Mundo de 2014.

Concluídas as análises das normas instituídas para a realização da Copa do Mundo de 2014, tem-se o quadro 11, que apresenta o resumo de acordo com a espécie normativa e sua respectiva numeração/ano.

Quadro 11 – Levantamento de normas vinculadas à Copa de Mundo de 2014

Espécie normativa	Numeração/ano
Leis Ordinárias	12.663/2012 12.462/2011 12.402/2011 12.350/2010 12.348/2010 12.309/2010
Medida Provisória	510/2010
Decretos	7.783/2012 7.581/2011 7.531/2011 7.319/2010 7.081/2010 7.034/2009 Sem numeração, de 26/07/2011 Sem numeração, de 14/01/2010
Portarias	57/2012 303/2012 571/2010
Instruções Normativas	12/2013 1.313/2012 1.293/2012 62/2010
Resoluções	1, 2 e 3/2011 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13/2012 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22/2012 23, 24, 25/2013 26/2014

Fonte: Elaborado pelo autor

Essas foram, portanto, normas instituídas para o fim de regulamentar as atividades necessárias para a realização da Copa do Mundo de 2014.

4.1.7 Os dispositivos normativos que tratam sobre a sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014

Após terem sido feitos o levantamento e a análise das normas gerais que foram instituídas para viabilizar, planejar e realizar a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, passou-se à segunda etapa do exame documental, com o objetivo de identificar os dispositivos destas normas que tratem sobre a sustentabilidade decorrente da realização da Copa.

Identificou-se 09 (nove) dispositivos normativos que tratam de sustentabilidade.

O primeiro dispositivo a ser mencionado é o artigo 65 da Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa) que trata da concessão de um selo de sustentabilidade para as empresas e entidades atuantes na Copa do Mundo que apresentassem um programa de sustentabilidade com ações de natureza econômica, social e ambiental, nos termos do que é estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

O segundo dispositivo identificado é o artigo 3º da Lei 12.462/2012, que estabelece a necessidade de as licitações e contratos realizados sob a égide do Regime Diferenciado de Contratação observarem o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

Nessa mesma Lei, verificou-se que mais dois dispositivos tratam, de alguma maneira, sobre sustentabilidade: o artigo 10, no qual resta descrito que a sustentabilidade ambiental poderá ser usada como critério de desempenho das empresas contratadas para serviços referentes à realização da Copa, o que poderá ser vinculada à remuneração variável; e o inciso II do parágrafo único do artigo 14, que descreve a possibilidade de a Administração Pública exigir requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações feitas no RDC.

Outro dispositivo é a alínea “f” do inciso II do parágrafo segundo do artigo 39 da Lei 12.309/2010, suficiente para permitir, em sede de convênio, a transferência de valores destinados ao Programa Amazônia Sustentável.

No texto do Decreto 7.581/2011, identificou-se a presença de 4 (quatro) dispositivos que, em algum modo, tratam de sustentabilidade. O artigo 5º estabelece que o termo de referência, projeto básico ou projeto executivo necessários no processo licitatório do RDC poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental. Os artigos 29 e 31 se assemelham, pois ambos trazem a permissão para uso de parâmetros de sustentabilidade ambiental para pontuação das propostas apresentadas e certame licitatório instalado sob o RDC, sendo que, respectivamente, um trata da modalidade de melhor combinação entre técnica e preço e outro apenas em melhor técnica.

O artigo 70 desse Decreto reitera a possibilidade de a sustentabilidade ambiental ser usada como critério de desempenho das empresas contratadas para serviços referentes à realização da Copa, o que poderá ser vinculada à remuneração variável, também para os casos de contratos sob a proteção do RDC.

Superada a análise das normas instituídas para a realização da Copa do Mundo de 2014, foram identificados os artigos (dispositivos normativos) dessas normas que tratam da sustentabilidade em suas dimensões, o que restou demonstrado em forma sintética no quadro 12 abaixo.

Quadro 12 – Dispositivos normativos que versam sobre sustentabilidade

Norma	Dispositivo	Dimensão
Lei 12.663/2012	Art. 65. Será concedido Selo de Sustentabilidade pelo Ministério do Meio Ambiente às empresas e entidades fornecedoras dos Eventos que apresentem programa de sustentabilidade com ações de natureza econômica, social e ambiental, conforme normas e critérios por ele estabelecidos.	Ambiental
Lei 12.462/2012	Art. 3º. As licitações e contratações realizadas em conformidade com o RDC deverão observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.	Todas
	Art. 10. Na contratação das obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho da contratada, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e	Ambiental

	<p>prazo de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato.</p> <p>Art. 14. Na fase de habilitação das licitações realizadas em conformidade com esta Lei, aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos arts. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado o seguinte:</p> <p>Parágrafo único. Nas licitações disciplinadas pelo RDC:</p> <p>II - poderão ser exigidos requisitos de sustentabilidade ambiental, na forma da legislação aplicável.</p>	Ambiental
Lei 12.309/2010	<p>Art. 39. A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000, dependerá da comprovação, por parte do conveniente, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.</p> <p>§ 2º. Os limites mínimos de contrapartida fixados no § 1º, incisos I, II e III, deste artigo, poderão ser reduzidos mediante justificativa do titular do órgão concedente, que deverá constar do processo correspondente, quando os recursos transferidos pela União:</p> <p>II - destinarem-se:</p> <p>f) ao atendimento das programações do PAC e do Plano Amazônia Sustentável – PAS;</p>	Ambiental
	<p>Art. 5º O termo de referência, projeto básico ou projeto executivo poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável.</p>	Ambiental
Decreto 7.581/2011	<p>Art. 29. No julgamento pelo critério de melhor combinação de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderação objetivos previstos no instrumento convocatório.</p> <p>§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.</p> <p>Art. 31. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, segundo parâmetros objetivos inseridos no instrumento convocatório.</p> <p>§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas nas licitações para contratação de projetos.</p>	Ambiental

<p>Art. 70. Nas licitações de obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, parâmetros de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos pela administração pública no instrumento convocatório, observado o conteúdo do projeto básico, do projeto executivo ou do termo de referência.</p>	Ambiental
---	-----------

Fonte: Elaborado pelo autor

Feita a comparação entre as Categorias de Estudo delineadas no Método da Pesquisa (capítulo 3), constantes do Quadro 04, e os dispositivos normativos que tratam efetivamente da sustentabilidade em seu escopo, os quais estão resumidos no Quadro 12, o resultado é que apenas 01 (uma) dimensão de sustentabilidade restou especificamente abarcada pelas legislações estudadas, qual seja, a dimensão ambiental, e que nenhuma das outras 05 (cinco) dimensões ora estudadas foi adotada nas normas destinadas à Copa do Mundo de 2014.

Sob uma outra ótica, o resultado da análise dos dispositivos normativos retrata que dos 09 (nove) dispositivos normativos que contém comandos referentes à aplicação ou implantação da sustentabilidade, 08 (oito) se referem exclusivamente à dimensão ambiental e 01 (um) se refere à sustentabilidade de forma geral, sem, contudo, fazer abordagem específica a alguma dimensão.

Essa análise está resumida no quadro 13.

Quadro 13 – Resumo do comparativo entre as dimensões de sustentabilidade estudadas e os dispositivos normativos que preveem sustentabilidade

Categorias estudadas (dimensões da sustentabilidade)	Dispositivos normativos com comandos específicos para a sustentabilidade por dimensão
Ambiental	Art. 65, Lei 12.663/2012 Arts. 3º, 10, 14, Lei 12.462/2012 Art. 39, Lei 12.309/2010 Arts. 5º, 29, 31, 70, Decreto 7.581/2011
Social	-
Econômica	-
Política	-
Espacial	-
Tecnológica	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos dados acima analisados, portanto, tem-se que 80% das dimensões de sustentabilidade estudadas (5 das 6) não foram contempladas pelas normas instituídas para a realização da Copa do Mundo de 2014, bem como que, em função disso, 90% dos dispositivos que tratam sobre a sustentabilidade (8 dos 9) se limitaram a abarcar unicamente a dimensão ambiental da sustentabilidade.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS POTIGUARES SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA COPA DO MUNDO DE 2014 EM NATAL/RN

Dos 09 (nove) participantes da pesquisa fixados no Quadro 03 foram ouvidos 07 (sete) gestores públicos (nomes preservados), responsáveis pela realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.

Os entrevistados pertencem ao alto escalão da gestão dos órgãos responsáveis pelo planejamento e execução da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, nas esferas municipal e estadual, tendo sido ocupantes dos cargos de 1º nível da hierarquia funcional de seus respectivos órgãos, exceto um, que assumiu ocupava o cargo de Secretário.

Entre os respondentes houve uma variação no tempo de ocupação no cargo, tendo sido a menor de 09 (nove) meses e a maior de 06 (seis) anos, embora tenham sido os titulares dos seus cargos durante o período da realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.

4.2.1 Reconhecimento da importância da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN

Todos os 07 (sete) pesquisados (100% da amostra) responderam o quesito 09 do roteiro de entrevista (Apêndice 01) afirmando que reconheciam a importância da realização da Copa do Mundo de 2014 na Cidade do Natal, Estado do Rio Grande do Norte, por diversas razões, conforme exemplificam os relatos dos entrevistados [04] e [05]:

(01) Natal, que era uma das menores cidades e, vamos dizer assim, a mais pobre das 12 sedes, era a de menor receita (...). Se Natal fica fora da Copa, tinha sido um prejuízo grande e tinha tornado a cidade, perante o mundo todo, incompetente. Das únicas coisas grandes que vieram para o Nordeste, que Natal se candidatou, a única que ele ganhou foi a Copa (...). Natal deixou de ser um perdedor nato.

[Entrevistado 04]

(02) A Copa do Mundo, sem dúvida, foi o maior evento esportivo que já aconteceu aqui na cidade e eu acho que nem tão cedo a gente vai ter um evento desse porte que supere uma Copa do Mundo aqui em Natal(...). Foi de fundamental importância pra cidade; se levar em consideração que Natal tem no turismo a sua principal indústria, isso daí certamente, sabendo continuar esse trabalho, Natal vai ter muitos benefícios ainda.

[Entrevistado 05]

Dos 07 (sete) pesquisados, 05 (cinco) citaram a exposição midiática de Natal para o mundo como um fator relevante para auxiliar as atividades turísticas da cidade, tal como disseram os gestores [01] e [06]:

(03) Natal foi mostrada em lentes de alta resolução para o mundo o potencial de Natal.

[Entrevistado 01]

(04) Foi uma oportunidade única para o Estado como visibilidade no exterior, não só pela mídia (...), pelo número de jornalistas internacionais que estiveram aqui e que não ficavam só ali no jogo. Claro que a maioria rodou pela cidade, e principalmente pelos países de que vieram, que eu acho que a gente teve bastante sorte, que foram países de muito interesse pra gente (...) foram mais de 10.000 americanos que vieram pra Copa aqui em Natal (...) Essa exposição, essa mídia espontânea valeu muito.

[Entrevistado 06]

4.2.2 Participação na realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN

Em resposta ao quesito 10 do roteiro de entrevista (Apêndice 01), todos os 07 (sete) pesquisados (100% da amostra) informaram ter participado de alguma forma no planejamento ou na execução do megaevento pesquisado, o que se vê dos exemplos dos gestores entrevistados [02], [04] e [07]:

(05) Nós criamos um projeto chamado “Press Natal”, que nós fizemos um plantão com universitários de jornalismo e jornalistas profissionais, os melhores jornalistas, pra que aqueles jornalistas que estavam em Natal para cobrir a Copa não se limitassem a cobrir só a parte futebolística, eles fossem ver o nosso produto turístico.

[Entrevistado 01]

(06) A participação da gente, na realidade, ela foi iniciada ainda no final de 2007, início de 2008, quando saiu a definição das cidades, e, a partir daí a gente já começou a receber a visita de representantes da FIFA.

[Entrevistado 02]

(07) Eu fui pra essa Secretaria porque o primeiro grande obstáculo era a construção da arena, porque àquelas alturas muita gente não acreditava que desse pra executar aquela obra; como eu tenho uma boa experiência de mais de 40 anos de obra, então foi esse motivo.
[Entrevistado 04]

(08) Nós ficamos responsáveis pela emissão das licenças, acompanhamento do processo de licença. Logicamente que se tinha suas condicionantes dentro de uma licença, envolvia toda a parte de logística, transporte, equipamento usado, material, pra onde ia o material utilizado, pra onde iam os dejetos, pra onde ia a parte do material de construção, enfim, todo o processo de licenciamento e acompanhamento das suas licenças e das suas condicionantes; a toda parte da acessibilidade da arena, as obras do entorno.
[Entrevistado 07]

4.2.3 Conhecimento do gestor sobre sustentabilidade

Em função da pouca disponibilidade de tempo dos entrevistados, algumas perguntas foram feitas em bloco. Percebeu-se uma dificuldade dos participantes em responderem ao quesito sobre seu entendimento quanto ao conceito de sustentabilidade (questão 12 do roteiro de entrevista – apêndice 01). Apenas 01 (um) pesquisado (15% da amostra) respondeu o quesito sobre o seu entendimento sobre sustentabilidade.

Igualmente, 06 (seis) entrevistados não responderam o quesito 13, sobre a dimensão de sustentabilidade, o mais importante para a sociedade. Apenas 01 (um) entrevistado (15% da amostra) respondeu pontualmente esse quesito, com pertinência à sua área de atuação, nos seguintes termos:

(09) Sustentabilidade, com relação a trânsito e transporte é a capacidade que esse sistema tem de se gerir sem causar ou causando o mínimo de impactos no meio ambiente.
[Entrevistado 02]

4.2.4 Percepção dos gestores quanto à sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN

Em resposta ao quesito 14 do roteiro de entrevista (Apêndice 01), 06 (seis) respondentes, ou seja, 85% da amostra, responderam que não houve sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.

Quanto ao quesito 15 do roteiro de entrevista, 06 (seis) dos pesquisados, ou seja, 85% da amostra, afirmaram que a sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal não foi atendida, como é o caso dos seguintes trechos:

(10) Não, a Copa não foi sustentável (...) Várias situações foram valorosas para a equipe, como experiência para gente e para gente tentar dar sustentabilidade. Primeiro: as propostas de projetos; se eles fossem todos implantados. Por exemplo: os corredores voltados para o sistema de transporte público; ele não foi atingido; quer seja porque não teve prazo suficiente, quer seja porque nas discussões com a sociedade, ou parte dela, os interesses pessoais suplantaram os interesses da cidade e a gente não conseguiu implantar.
[Entrevistado 02]

(11) Não há como falar em sustentabilidade, pois as obras prometidas sequer foram concluídas. Apenas a Arena foi 100% concluída. No geral, as demais obras estão todas incompletas.
[Entrevistado 03]

(12) A sustentabilidade não aconteceu na sua totalidade por conta da administração pública do Brasil.
[Entrevistado 04]

(13) Não só Natal, mas o Brasil poderia ter bebido mais dessa fonte. Eu acho que deixou um pouco a desejar nesse quesito de sustentabilidade. Isso é uma autocrítica que a gente tem que fazer como gestor, até porque ninguém sabe tudo e esses projetos vinham sendo elaborados há bastante tempo. Eu acho que nós perdemos uma grande oportunidade.
[Entrevistado 05]

(14) A única coisa que eu lamento muito é que no pós-Copa não foi dada continuidade nesse contato com esses países e com promover etc. (...). Pelo contrário, o final do governo passado foi bastante prejudicado com as ações de promoção, e nesse governo agora está se retomando, mas essas coisas não pode deixar morrer, isso tem que ser imediato.
[Entrevistado 06]

Ainda em resposta ao quesito 15, 04 (quatro) entrevistados – 60% da amostra – responderam que a ausência de sustentabilidade se deu em função da inexistência de projetos e planejamentos técnicos prévios, suficientes para garantir a continuidade dos resultados alcançados durante a realização da Copa do Mundo de 2014. Isso se confirma com os seguintes fragmentos das entrevistas realizadas:

(15) Essa questão da sustentabilidade, não, a Copa não foi sustentável. Mas não é que a Copa, a Copa em si, não deu essa oportunidade... Deu! A gente foi incompetente pra absorver e pra implantar, implementar o que foi sugerido pela instituição, que no caso é a FIFA.
[Entrevistado 02]

(16) O grande problema do Brasil, e vem há bastante tempo, é que nós – o serviço público – não temos projetos. Não temos planejamento e nem projetos. Esse defeito é o pai do insucesso, da obra mal feita, da corrupção, de tudo isso (...) o que deixou de ser feito, na sua quase totalidade, foi o que eu disse: obras iniciadas sem projeto, sem planejamento (...) Veio a Copa e nós não tínhamos nada feito
[Entrevistado 04]

(17) Natal perdeu uma grande oportunidade de, nessa questão de sustentabilidade, de fazer um projeto que fosse muito mais sustentável do que o que aí está, no sentido de que, por exemplo, um BRT, um corredor exclusivo (...) na questão da mobilidade e da sustentabilidade, a gente sabe que só construir pontes, só construir viadutos, túneis, isso não é suficiente; você vai tirar o fluxo daqui e vai jogar para ali.
[Entrevistado 05]

(18) Acho que a prefeitura como um todo não conduziu bem e os diversos entes que poderiam participar e contribuir e que se diziam representantes da sociedade, na realidade estavam representando parte das pessoas que eram prejudicadas diretamente... e isso não é a sociedade. (...) A sociedade não teve participação.
[Entrevistado 06]

Também em resposta ao quesito 15, 04 (quatro) dos entrevistados, ou seja, 60% da amostra, afirmaram que a falta de resultados de sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 não devem ser atribuídos à FIFA ou ao Governo Federal, mas aos próprios gestores públicos e à administração pública como um todo, conforme se infere das seguintes respostas:

(19) A gente não compreendeu. Em parte, o governo federal compreendeu o que era. É tanto que liberou orçamento. Apesar dos pesares, da falta de condições de atender tudo, mas não foi por culpa do governo federal em nenhum momento, porque o dinheiro estava disponível. A gente extrapolava capacidade de endividamento e o governo assumia o que a gente não podia pagar.
[Entrevistado 02]

(20) Isso que a gente debita à Copa, não tem nada a ver com a Copa, é uma falha nossa, da nossa administração pública (...). Enquanto o Brasil não tiver projetos e os governantes não entenderem que eles têm que planejar e projetar para depois arranjar o dinheiro (...) o resultado é o que está aí: várias obras que começam e ficam aí.
[Entrevistado 04]

Em resposta aos quesitos 16 e 17, 03 (três) respondentes, ou seja, 45% da amostra, afirmaram que as construções da Arena das Dunas e do complexo viário do entorno da Arena das Dunas poderiam ser vistas como construções sustentáveis ambientalmente. Destes, 01 (um) respondeu que além dessas duas construções, a

construção do Aeroporto Internacional Aluizio Alves também poderia ser vista sob o enfoque da sustentabilidade ambiental.

Todos os entrevistados (100% da amostra) deixaram de responder aos quesitos 18, 19, 20, 21 e 22 do roteiro de entrevista (Apêndice 01) porque, em suas percepções, a Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN não foi sustentável.

4.2.5 Percepção dos gestores quanto aos efeitos de sustentabilidade da Copa do Mundo 2014 em Natal/RN

Conforme dito no subtítulo anterior, os entrevistados apresentam em seus argumentos que a sustentabilidade não se concretizou na realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, limitando-se a alguns casos pontuais e específicos.

Dos 07 (sete) entrevistados, 06 (seis), ou seja, 85% da amostra, responderam ao quesito 23 do roteiro de entrevista (Apêndice 01) dizendo que não houve efeitos de sustentabilidade deixados pela Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.

Em resposta ao quesito 24, 04 (quatro) entrevistados – 60% da amostra – afirmaram não existir exemplos de efeitos de sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014. Dos demais, 02 (dois) responderam expressamente que a Arena das Dunas e o complexo viário do entorno da Arena das Dunas eram exemplos de efeitos de sustentabilidade, e 01 (um) acrescentou que o Aeroporto Internacional Aluizio Alves também é exemplo de efeito de sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal, conforme se extrai dos seguintes relatos:

(21) A cidade teve um legado muito grande; a gente pega, por exemplo, essa reurbanização da orla que foram recursos do governo federal, aquele complexo do Arena das Dunas... A Secretaria recebeu alguns convênios do governo federal que Natal foi beneficiada por ser cidade sede da Copa do Mundo.

[Entrevistado 05]

(22) É inegável que na infraestrutura ficou muita coisa. A parte perto da Arena, aqueles viadutos... aquilo é inegável. O aeroporto acabou saindo antes da Copa, mesmo que tenha sido às pressas.

[Entrevistado 06]

(23) Toda a Arena tem sustentabilidade desde a época de sua construção até o seu final, a questão das cadeiras, a questão do lixo, enfim, do começo

até o seu final, a Arena passou pela aferição para ter realmente esse selo verde.

[Entrevistado 07]

Ainda em resposta ao quesito 24, 04 (quatro) respondentes – 60% da amostra – afirmaram que a não conclusão de obras destinadas à Copa do Mundo de 2014 em Natal, prejudicaram a existência de argumentos sólidos sobre a sua sustentabilidade e, por isso, não há exemplos:

(24) Algumas coisas não foram concluídas, mas as que foram são bastante úteis.

[Entrevistado 06]

(25) O legado, por exemplo, nas obras de mobilidade urbana. Todo mundo sabe que algumas obras de mobilidade urbana, inclusive ainda estão acontecendo hoje, só vieram aqui pra Natal, porque Natal era sede da Copa do Mundo.

[Entrevistado 05]

Entre os pesquisados, 01 (um) respondente afirmou que um exemplo de efeito de sustentabilidade é o chamado “túnel de macrodrenagem”. Entretanto, importa destacar que a construção do túnel de macrodrenagem, até o momento da realização da entrevista, não havia sido concluído.

4.2.6 A percepção dos gestores sobre temas pertinentes

Entre os pesquisados, 03 (três) afirmaram em sua resposta ao quesito 15 do roteiro de entrevista que um dos fatores que levaram à ausência da sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, foi a sociedade não ter se organizado ou não ter se feito representar corretamente para fins de participar do planejamento e acompanhamento da execução das obras e ações, tudo isso, a título de exemplo, relatou o entrevistado [02]:

(26) Foi mesmo falta de a sociedade se juntar, de tentar entender... Depois foi que eu fui perceber que pra eles aquilo não tinha nada a ver, eles estavam se desgastando com a gente pra gente tentar organizar a cidade, como se dissesse assim: aproveite porque a gente tá dizendo o que tem que fazer e se sintam obrigados e digam que a FIFA quer assim... e a gente não percebeu nas entrelinhas, ficava na defensiva... Depois quando caiu a ficha, pelo menos do meu lado, a gente viu que foi tarde demais.

[Entrevistado 02]

Das respostas colhidas, 04 (quatro) gestores entrevistados – 60% da amostra – reconheceram que a FIFA, na qualidade de detentora dos direitos de organização do evento, objetivava que realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN trouxesse resultados de sustentabilidade para a cidade sede e que outros foram os fatores que impediram o atendimento da sustentabilidade. É o que expressam os relatos a seguir transcritos como exemplos:

(27) Em que peses as exigências da FIFA, ela tinha um foco muito grande em deixar uma cidade sustentável, quer seja na saúde, na parte social, na questão da geração de empregos, no turismo, porque nós fomos expostos ao mundo todo... Mas a gente não conseguiu atender. No final a gente percebeu que a cada reunião que a gente tinha, a cada mês que avançava e a gente não atendia o que a FIFA sugeriu, exigiu às vezes, a gente percebeu que ela começou a desistir.
[Entrevistado 02]

(28) Com relação à Copa do Mundo, a FIFA vinha se preocupando muito com a questão da sustentabilidade das Arenas, inclusive a daqui de Natal tem o selo verde.
[Entrevistado 07]

Em complemento às suas respostas, 03 (três) gestores públicos entrevistados (45% da amostra) afirmaram que poucas das exigências da FIFA para a realização da Copa do Mundo 2014 em Natal foram atendidas. Destes, 01 (um) acrescentou que, na sua percepção, se tivessem sido atendidas todas as exigências esboçadas pela FIFA os resultados sustentáveis para a Cidade seriam melhores. Assim respondeu este pesquisado:

(29) No cômputo geral, o que estava previsto como benefício não se percebe em números (...) Do que a FIFA apresentou que queria, do que a gente conseguiu, foi muito pouco. (...) Se a gente tivesse recebido as ordens e tivesse cumprido as ordens, com certeza Natal era outra. A gente tinha conseguido transformar a cidade. Eles pediam muito pra gente fazer. Primeiro, começou já em 2009 quando eles pediram que Natal fosse 100% saneada, que tentasse conseguir. Isso foi logo descartado.
[Entrevistado 02]

Em acréscimo às suas respostas, 04 (quatro) gestores pesquisados (60% da amostra) asseveraram que a realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal trouxe resultados positivos em diversas áreas do desenvolvimento, embora reconheçam

que as obras não tenham sido continuadas. Com esse argumento ratificaram a ausência de sustentabilidade decorrente do evento. Basta ver os seguintes relatos:

(30) Na área de segurança foi impressionante: o investimento que o governo fez foi de 100 milhões (...) a estrutura de câmeras é negócio de primeiro mundo (...) Agora, é aquele negócio, a gente ainda não está sabendo aproveitar bem o que aquela estrutura nos deixou. Tem situações de atos de violência que a gente está detectando, de assalto, que, hoje, a logística que a Segurança tem poderia estar mais efetiva em certos pontos de prevenção, mas não é bem usado, não está sendo bem usado.
[Entrevistado 02]

(31) Eu acho que ter tido a Copa aqui foi um acontecimento, realmente. Só não sei se foi bem aproveitada.
[Entrevistado 06]

5 CONCLUSÃO

A realização da Copa do Mundo pode ser entendida como um megaevento esportivo relevante para a cidade e para o Estado que a sediam, em virtude dos impactos econômicos e sociais que dela podem resultar, bem como em função dos elevados investimentos realizados para viabilização da sua realização.

Depois de coletados, tratados e analisados os dados definidos nos procedimentos metodológicos deste estudo, alicerçados no atendimento ao problema de pesquisa proposto, voltado à percepção dos gestores públicos potiguares sobre a sustentabilidade da Copa do Mundo 2014 em Natal/RN, constatou-se que no entendimento desses gestores, o megaevento Copa do Mundo, realizado em 2014, na cidade de Natal/RN, não foi sustentável, deixando inclusive de trazer benefícios sociais, afora pela construção da Arena das Dunas e do complexo viário do seu entorno. Além disso, percebeu-se na opinião dos ditos decisores que a inexistência de sustentabilidade se estendeu a falta de representação popular no tocante ao planejamento e ao acompanhamento da realização das obras.

Durante a investigação constatou-se nas normas instituídas para a realização da Copa do Mundo de 2014, a existência de intensa mobilização por parte dos Poderes Legislativo e Executivo, na esfera Federal, para a produção de regras que viabilizassem a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Exemplo disso são as 48 (quarenta e oito) normas estudadas no escopo deste trabalho, as quais foram produzidas para tal fim e representam apenas uma parte da legislação especial sobre o tema, uma vez que nas esferas Estadual e Municipal, certamente outras diretrizes precisaram ser editadas em função da viabilização do evento nas cidades-sede. Ademais, vale salientar a diversidade de interesses abordados pelas normas. Entre eles se destacam as regras aduaneiras, a tributação e comercialização de produtos, a concessão de vistos, as licitações e contratações especiais e a segurança nacional.

Não diferente, houve também adoção de medidas pelo Poder Executivo para garantir a realização da Copa do Mundo de 2014, notadamente quanto à contratação de empresas e execução de obras e serviços destinados ao evento.

Em Natal/RN, serve de exemplo a construção da Arena das Dunas, do complexo viário de seu entorno e do Aeroporto Internacional Aluizio Alves, que são reconhecidos pelos gestores como obras de difícil planejamento, execução e conclusão, mas que foram relevantes, não só para garantir a realização da Copa do Mundo, mas para o contexto socioeconômico do Estado do Rio Grande do Norte.

Entretanto, diante do que fora pesquisado concluiu-se que não houve atendimento prévio de requisitos suficientes para que os Poderes Legislativo e Executivo garantissem a sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.

No que tange a esse universo normativo, em atenção a proposta de descrever os dispositivos normativos que dispõem sobre a sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014, verificou-se que de um total de 48 (quarenta e oito) normas de diversas naturezas legislativas, apenas 09 (nove) desses dispositivos tratam da sustentabilidade como elemento do planejamento da realização do evento.

Outrossim, importa destacar que os nove dispositivos citados não se apresentam como instrumentos garantidores da sustentabilidade, seja por sua construção não impositiva, seja por sua abstração.

Veja-se, a título de confirmação, que dos nove dispositivos estudados, oito deles trazem como regra a possibilidade do uso de critérios de sustentabilidade e, não, um comando impositivo para o uso de tais critérios. Isso significa que foi dada a faculdade ao gestor em exigir o respeito aos elementos de sustentabilidade, ao contrário do que aconteceria caso houvesse imposição da norma, pois esse gestor seria compelido a usar obrigatoriamente a sustentabilidade como elemento fundador de seus atos administrativos voltados à realização da Copa do Mundo de 2014.

O único dispositivo que trouxe o comando impositivo do legislador no sentido de exigir um comportamento atrelado ao respeito à sustentabilidade foi o artigo 65 da Lei Geral da Copa, mesmo assim apenas para a concessão de um selo de sustentabilidade para empresas e entidades fornecedoras dos eventos da Copa que apresentassem programa de desenvolvimento sustentável.

Além do mais, percebeu-se que além de a sustentabilidade ter sido pouco abarcada pelas normas identificadas, a única dimensão de sustentabilidade que fora atendida especificamente foi a ambiental. Nenhuma das demais dimensões de

sustentabilidade foi especificamente contemplada pelas regras instituídas para a realização da Copa do Mundo de 2014.

No tocante a percepção dos gestores públicos potiguares acerca da sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, concluiu-se que a maioria dos gestores públicos potiguares reconhece que a sustentabilidade não foi atendida na realização desse megaevento.

Vale realçar que a maioria dos gestores públicos entrevistados não respondeu aos quesitos sobre os conceitos de sustentabilidade e suas dimensões. Apenas um, dos sete respondentes, definiu uma dimensão de sustentabilidade – nesse caso, diferente da ambiental.

A partir da percepção dos gestores públicos potiguares, a Copa do Mundo de 2014 em Natal não foi sustentável, razão da não obtenção de resultados de sustentabilidade para a sociedade, salvo a construção da Arena das Dunas, do complexo viário dos arredores e do Aeroporto Internacional Aluizio Alves, mas este localizado no município de São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Natal.

Para os administradores públicos locais, a Arena das Dunas é exemplo de sustentabilidade ambiental desde a sua construção que atentou para a reutilização de todo o material da demolição do antigo estádio municipal João Machado – o Machadão, até a sua manutenção eivada de mecanismos de reaproveitamento de recursos naturais.

O complexo viário do entorno da Arena das Dunas pode ser considerado como de efeito sustentável, sob a dimensão espacial ou territorial (mesmo que a associação a essa dimensão não tenha sido mencionada por nenhum dos entrevistados), posto que, na qualidade de intervenção urbana, se prestou a melhoria e adequação da estrutura de tráfego e fluxo de trânsito na cidade.

Percebeu-se, ainda, que a principal razão de a Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN não ter deixado relevantes efeitos de sustentabilidade foi a ausência de projetos e planejamentos técnicos adequados por parte da Administração Pública local, o que se corrobora, de acordo com os argumentos colhidos dos gestores públicos, com a perda de oportunidades de investimentos do Governo Federal que a todo tempo disponibilizou verbas para as obras necessárias e que sequer foram

iniciadas, bem como pela não conclusão de quase todas as obras iniciadas. Além disso, tem-se que, de acordo com a percepção dos gestores públicos, outro fator que levou à inexistência de sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal foi a não organização ou representação da sociedade no planejamento e acompanhamento da execução das obras e ações destinadas ao megaevento.

No que tange à pesquisa documental, configurou-se como limitação o número das normas especificamente editadas para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Já no que concerne à pesquisa de campo, vale registrar que, em que pese todos os respondentes terem demonstrado total interesse em colaborar com as respostas aos itens da entrevista, os gestores entrevistados demonstraram aparente desconhecimento sobre os conceitos de sustentabilidade e suas dimensões.

Como contribuição teórica, a pesquisa demonstrou, em um recorte específico sobre a realização da Copa do Mundo de 2014, a abordagem do ordenamento jurídico brasileiro quanto ao tema sustentabilidade, como também apresentou a percepção dos gestores públicos potiguares responsáveis pela gestão das ações para a realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN sobre o enfoque do desenvolvimento sustentável.

O estudo trouxe também como contribuição a verificação de um conhecimento técnico possivelmente insuficiente dos gestores públicos sobre sustentabilidade, o que, desde já, se apresenta como uma sugestão de pesquisa futura, como também o estudo sobre a qualificação técnica dos servidores da Administração Pública responsáveis pela elaboração de projetos e planejamentos técnicos destinados à realização de grandes obras, especificamente para fins de obtenção de recursos.

Sugere-se a abertura de novas pesquisas sobre a participação da sociedade no planejamento e acompanhamento da execução de obras e ações destinadas à realização de megaeventos, em especial os que tenham o envolvimento direto da Administração Pública.

Propõe-se, ainda, um estudo futuro acerca da relação entre as primeiras ideias lançadas para a viabilização da Copa do Mundo de 2014 e os projetos concretamente executados, verificando-se aspectos mais precisos como atendimento aos prazos e adequação dos recursos financeiros.

Por fim, recomenda-se analisar como os gestores públicos e as disposições normativas estão tratando a sustentabilidade no planejamento e nos projetos para a realização de outro megaevento esportivo, qual seja: as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aurineide Filgueira de. **Desenvolvimento local sustentável**: estudo do evento “Chuva de bala no país de Mossoró”. Natal, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Balanços das ações do governo brasileiro para a copa de 2014. **Portal da Copa**: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014a. Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/balancos>>.

_____. **BNDES ProCopa Turismo**. Portal da Copa: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior. 2014b. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/biblioteca/bndes_procopa.pdf>.

_____. **Brasil de todas as Copas**. Portal da Copa: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Ministério do Esporte. 2014c. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/todascopas_portugues.pdf>.

_____. **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**. Portal da Copa: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014d. Ministério dos Esportes. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/biblioteca/impacto_economico_2014.pdf>.

_____. **Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010**. Portal da Copa: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Senado Federal. 2014e. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/biblioteca>>. Acessado em: 10 jul. 2014.

_____. **Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011**. Portal da Copa: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Senado Federal. 2014f. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/biblioteca>>. Acessado em: 10 jul. 2014.

_____. **Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012**. Portal da Copa: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Senado Federal. 2014g. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/biblioteca>>. Acessado em: 10 jul. 2014.

_____. **Matriz de Responsabilidades**. Portal da Copa: Biblioteca. Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Ministério do Esporte. 2014h. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>

_____. **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**. Ministério do Esporte. 2014i. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>

CAMARGO, A. L. B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

CAPEL, Horacio. Los juegos olímpicos, entre el urbanismo, el marketing y los consensos sociales. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-1.htm>> Acesso em: 11 mai. 2014.

CASAGRANDE JR., Eloy Fassi. **Inovação tecnológica e sustentabilidade: integrando as partes para proteger o todo**. 2013. Disponível em: <http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/23231.pdf>.

CERVO, Arnaldo Luiz; BERVIAN, Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COTTLE, Eddie; CAPELA, Paulo Ricardo do Canto; MEIRINHO, André Furlan Meirinho. “UMA LIÇÃO VINDA DA ÁFRICA DO SUL: os cartéis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil?”. **Motrivivência**. Ano XXV, Nº 41, p. 166-175 Dez./2013

DACOSTA, Lamartine. Posicionando Questões Básicas Sobre Meio Ambiente em Megaeventos Esportivos e na Copa do Mundo de Futebol 2014 a ser Realizada no Brasil. In: DaCOSTA, L. et al. (Ed.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 493-505.

DACOSTA, L. P.; MIRAGAYA, A. Estado da Arte do Conhecimento sobre Legados de Megaeventos Esportivos no Exterior e no Brasil. In: DaCOSTA, L. P. et al. (Ed.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 33-45.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo, Prentice Hall, 2004.

DOMINGUES, Edson P. Quanto Vale o Show? Impactos Econômicos dos Investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-439, abril-jun 2011.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83.

DURAN, Diana. **Proyectos ambientales y sustentabilidad**. Capítulo II. 1ª edição. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2012.

ERNST & YOUNG BRASIL; FGV PROJETOS. 2010. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_9.pdf> Acessado em: 10 jul. 2014.

ESTENDER, Antônio Carlos; VOLPI, Almir; FITTIPALDI, Marco Aurélio. **O legado da Copa do Mundo em 2014**. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/artigos/e2011_t00466_pcn49543.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca; LIMA, Elaine Carvalho de. **Os impactos e legados nefastos dos megaeventos esportivos no Brasil: Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos 2016**. Encontro de Geógrafos da América Latina. 2013. Disponível em: <

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/31.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2014.

FIUZA, E.P.S.; PIONER, H.M. **Regulação e concorrência no setor de aeroportos**. In Estudo Econômico Sobre Regulação e Concorrência no Setor de Aeroportos. Agência Nacional de Aviação Civil, 2009. Disponível em: <http://www2.anac.gov.br/arquivos/pdf/EstudosRegulatorios.pdf>

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidade social. **Economía, Sociedad y Territorio**. vol. III, num. 12, 2002, p. 621-637.

FROEHLICH, Cristiane. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. **Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 3, n. 2, p. 151-168, set. 2014.

GASTALDO, Édison. “O país do futebol” mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 352-369

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Glauco Roberto. A lógica do “elefante branco”: obsolescência programada do espaço na Copa de 2014. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 7, n. 3, p.240-256, dez/2013

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2014.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LANG, J. **Gestão ambiental: estudo das táticas de legitimação utilizadas nos relatórios da administração das empresas listadas no ISE**. Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 2009.

LEYSER, Ricardo. Construindo uma ponte com a comunidade acadêmica para a produção de conhecimentos na área de legados. In: DaCOSTA, L. P. et al. (Ed.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 53-57.

LIMA, Mariza Antunes; MARTINS, Clóvis; CAPRARO, André Mendes. Olimpíadas modernas: A história de uma tradição inventada. **Revista Pensar a Prática**, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/296/5874-28303-1-PB.pdf?sequence=1>.

LLANILLO, Rafael Fontes. **Indicadores de sustentabilidade da produção familiar mecanizada de grãos em modalidades de plantio direto no norte do Paraná, Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Londrina, 2007.

MARANHÃO, C. H. da S.; PEQUENO, E. A. Uma análise da participação popular no Projeto Natal Copa 2014. **Turismo: Estudos e Práticas** - UERN, Mossoró/RN, vol. 1, n. 1, p. 05-26, jan./jun. 2012.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS dos Estados brasileiros e dos municípios da Paraíba**. Campina Grande: Sebrae, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 39ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, nº 16, p. 22-41, 2004. Disponível em: http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Matriz de responsabilidades da Unidade Federativas. Ministério do Esporte**. Janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/assessoriaEspecialFutebol/compromissosCopa2014.jsp>

NETO, Mario Prestes Monzoni; OLIVEIRA, Barbara da Costa Pinto; KISS, Beatriz Cristina Koszka. **Sustentabilidade e a Copa do Mundo de 2014**: desafios e oportunidades na gestão das emissões de gases de efeito estufa. 2011. Disponível em: <<http://www.ahpce.org.br/newsite/attachments/category/14/Copa%202014%20e%20CO2.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo. **Amostragem não Probabilística**: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. *Revista Administração On Line* Vol. 2, Núm. 3, FECAP: 2001.

PASSERINO, Sandra Maria Tabert Macordes de Moura; KLEINE, Alexandre Alberto. Dimensão Tecnológica da Sustentabilidade e os Resíduos Eletrônicos. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/5769/3146>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

PEREIRA, Jeferson Botelho. **Primeiras linhas sobre a Lei Geral da Copa**: uma soberania ultrajada ou relativizada em face da moderna tendência globalizada. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3124, 20 jan. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20899>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

PLANO DE PROMOÇÃO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/plano-promocao.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

PREUSS, Holger. Aspectos sociais dos megaeventos esportivos. *In* da Costa, L.P., Correa, D., Rizzuti, E., Villano, B., Miragaya, A. (Ed.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social** (pp. 13–35). Editora Casa do Psicólogo, 2007.

REIS, Rômulo Meira; TELLES, Silvio de Cassio Costa; DACOSTA, Lamartine Pereira. Estádios da Copa de 2014: perspectivas de um legado. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 320618, abr./jun. 2013.

RIBEIRO, Fernando Telles. **Instalações Esportivas – Planejamento e Desenvolvimento**. *In*: Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (et al.). **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTIAGO, Leila Santos; DIAS, Sandra Maria Furiam. Matriz de indicadores de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos urbanos. Eng. Sanit. Ambient., Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, June 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SCHAUN, Angela; SANTOS, Jorgina; BACHA, Maria de Lourdes. **Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade**. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2010.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder / Ed. Da USP, 1967.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (orgs.) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, 2005.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. IX EDUCERE, 2009.

SILVA, M. G. **Sistema de indicadores para viabilização do desenvolvimento local sustentável: uma proposta de modelo de sistematização**. Tese de Doutorado em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2008.

SILVA, S. R. M. **Indicadores de sustentabilidade urbana as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável**. 2000. 260 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

_____; SHIMBO, I. Proposição básica para princípios de sustentabilidade. **I Encontro Nacional e Encontro Latino Americano Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis**, 2., 2001, Canela, RS. Anais... Porto Alegre: NORIE/UFRGS, 2001. p. 73-79.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Megaeventos esportivos e o urbano: a Copa do Mundo de 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 4, p. 195-214, Out./Dez. 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.12819/2013.10.4.11>>

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa – estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SUTTON, Robert I.; STAW, Barry M. O que não é Teoria. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 43, n. 3, p. 74-84, Jul/Set/2003.

TAVARES, Otavio. **Megaeventos Esportivos**. Universidade Federal do Espírito Santo. 2011. Disponível em:

<<http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Doralice/Tavares.%20Megaeventosesportivos.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2014.

THUMS, Jorge. **Acesso à realidade**: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: Ed. ULBRA, 2003.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; PINTO, Jairo Diniz. **O Brasil e a FIFA**: a questão da soberania brasileira durante a Copa do Mundo de 2014. Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3986, 31 maio 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29092>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ZAMBON, Bruno Pagotto; RICCO, Adriana Sartório. **Sustentabilidade Empresarial: Uma Oportunidade Para Novos negócios**. 2009. Disponível em: http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Sustentabilidade_Empresaria_Uma_oportunidade_para_novos_negciosl.pdf

APÊNDICE

APÊNDICE 01

**UNIVERSIDADE POTIGUAR – UNP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO – MPA**

Esta entrevista tem a finalidade de conhecer os efeitos da sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, de acordo com os gestores dos órgãos públicos envolvidos nos processos de planejamento e execução do evento, como trabalho de conclusão do Curso de Mestrado em Administração, na Universidade Potiguar - UNP.

Roteiro de entrevista

1ª parte: traçar o perfil do participante da pesquisa

1. Nome:
2. Órgão público:
3. Esfera: () municipal () estadual () federal
4. Órgão da administração: () direta () indireta
5. Cargo ocupado:
6. Período de ocupação no cargo:
7. Nível de hierarquia do cargo na estrutura funcional:
8. Atribuições mais importantes do cargo:

2ª parte: identificar a relação entre o cargo exercido pelos entrevistados e as suas atividades inerentes ao planejamento e execução da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN

9. Fale sobre a Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN.
10. Qual a sua participação, como gestor público, no planejamento da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN?
11. Qual a sua participação, como gestor público, na execução da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN?

3ª parte: identificar argumentos dos gestores públicos potiguares sobre a sustentabilidade decorrente da realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN

12. O que você entende por sustentabilidade?
13. Na sua visão de gestor, qual a dimensão de sustentabilidade é mais importante para a sociedade?
14. Na sua percepção de gestor, a Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN foi sustentável? Se sim, como?
15. Na sua percepção de gestor, a Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN foi planejada e executada com base na sustentabilidade?

16. Quais as dimensões de sustentabilidade permearam a realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN?
17. A Copa do Mundo de 2014 foi sustentável ambientalmente?
18. A Copa do Mundo de 2014 foi sustentável socialmente?
19. A Copa do Mundo de 2014 foi sustentável economicamente?
20. A Copa do Mundo de 2014 foi sustentável politicamente?
21. A Copa do Mundo de 2014 foi sustentável territorialmente?
22. A Copa do Mundo de 2014 foi sustentável tecnologicamente?

4ª parte: identificar quais os efeitos de sustentabilidade deixados pela Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN na percepção dos gestores públicos potiguares

23. Na sua percepção, quais os efeitos de sustentabilidade foram deixados pela Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN?
24. Na sua percepção, quais são os exemplos de efeitos da sustentabilidade da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN?